UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A APROPRIAÇÃO DA INTERNET POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristiane Camargo da Silva

Santa Maria, RS, Brasil
2006

A UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO RURAL

por

Cristiane Camargo da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Extensão Rural.

Orientadora: Profª Drª. Ada Cristina Machado da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2006

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

A UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO RURAL

elaborada por

Cristiane Camargo da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____

Ada Cristina Machado da Silveira, Drª.
(Presidente/Orientadora)

_____

Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Drª. (UFSM)

_____

Álvaro Benevenuto Jr, Dr. (UCS)

Santa Maria, 18 de julho de 2006.

.... A existência de toda a vida espiritual é a existência que existe dentro de você, é a sua atitude para com os outros. Se a sua atitude é pura e sincera, todo o resto vem por si. Você pode desenvolver essa atitude correta para com seus semelhantes baseando-se na bondade, no amor, no respeito e sobretudo na clara percepção na singularidade de cada ser humano.

Dalai-Lama

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos meus pais, Miguel José da Silva e Édina Camargo da Silva, incansáveis e maravilhosos, que desde o dia em que passei a fazer parte de suas vidas, não medem esforços para que eu alcance meus objetivos. Registro o meu mais sincero muito obrigado por toda a estrutura emocional, dedicação e amor recebido.

AGRADECIMENTOS

Os obstáculos que se apresentam hoje em minha vida, representam vitórias futuras, pois estes passam a ser o alicerce construído para novos desafios, imprescindíveis para minha existência.

A certeza de que Deus está comigo sempre, a presença de meus antepassados, meus pais, meu filho, companheiro, amigos,...,Enfim as pessoas que tenho vínculo afetivo, me orientam emocionalmente nessa jornada, pois são pessoas que estão ao meu lado, apoiando minha caminhada, expresso minha admiração e gratidão.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Professora Ada Cristina Machado da Silveira pelas idéias de como aperfeiçoar cada vez mais esse estudo.

Ao Professor Pedro Hegedüs, muito obrigada, pela forma carinhosa e dedicada com que me tratou sempre, a troca de idéias, a oportunidade de ter conhecido a “Metodologia Q”, que tão bem alicerçou esse estudo.

A Professora Virginia Gravina, Universidade do Uruguai pelas análises estatísticas.

Ao CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, em especial ao Vitor Hugo e a Ingrid (CAPA Erexim), que com muita hospitalidade e gentileza, me receberam inúmeras vezes,de braços abertos, para realizar esse estudo.

Ao MST – Movimento Sem Terra, em especial ao ativista Miguel Stédile, que sempre se mostrou muito receptivo ao trabalho desenvolvido, fornecendo todas as informações necessárias para a realização do mesmo, não medindo esforços.

Aos professores e colegas do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural pela troca de experiências e pelo maravilhoso convívio.

Por fim, um agradecimento do meu coração às duas pessoas que estão juntas sempre comigo. Ao meu filho Lucas Camargo da Silva Tassinari, minha maior razão e estimulo de vida, muito obrigado pelos conselhos, pela paciência quanto a minha ausência e pela forma como tem conduzido sua vida, o que me dá serenidade para alcançar meus objetivos. Ao meu companheiro e amigo Marcel Felipe Tonetto Costas a mais profunda gratidão pela dedicação, pelas cobranças, por acreditar tanto em mim quando, em alguns momentos, eu achei difícil acreditar em mim mesma e por compartilhar comigo pensamentos e sonhos, uma existência.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO RURAL

AUTORA: CRISTIANE CAMARGO DA SILVA
ORIENTADORA: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de julho de 2006.

O presente estudo foi realizado com duas Organizações Não Governamentais, o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e o MST – Movimento Sem Terra, no período de outubro de 2005 a fevereiro de 2006, com a finalidade de analisar a questão da utilização da Internet por ONGs que promovam o desenvolvimento rural. A metodologia utilizada foi a Metodologia Q. Sua aplicação possui três etapas: Trabalhou-se primeiramente com informantes qualificados a fim de construir as afirmações necessárias para a condução da metodologia; De posse das afirmações administrou-se estas, a 32 integrantes das ONGs elencadas , a fim de buscar a visão dos mesmos; A análise dos resultados contou com o auxílio de um programa estatístico denominado PCQ. Os resultados obtidos conduziram a existência de 4 fatores (grupos de indivíduos), onde todos percebem a importância da utilização da Internet para o desenvolvimento rural: *O Fator A – Internet – Organizações* acredita que a apropriação coletiva, via entidades, pode ter um melhor aproveitamento do que a apropriação do pequeno produtor como indivíduo. *O Fator B – Internet – Indivíduos* preocupa-se com a apropriação pelo pequeno produtor rural. *O Fator C – Internet – Políticas* preocupa-se com o acesso dos indivíduos, observa que faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da Internet no meio rural. *O Fator D – Internet – Estratégias de Difusão* preocupa-se com as estratégias para difundi-la. Com a análise desses fatores observa-se que os indivíduos que compõem essa amostra acreditam que a Internet representa uma grande possibilidade para o homem do campo e para aqueles que almejam ser produtores rurais, componentes do Movimento Sem-Terra, como fator de apropriação da informação e de inter-relação entre seu grupo social para a difusão do conhecimento. O presente estudo chegou à conclusão que, hoje, os movimentos sociais voltados para o desenvolvimento rural, que visualizam o empoderamento social do homem do campo, não podem mais existir sem a existência de uma rede descentrada e democrática chamada Internet.

Palavras-Chave: Internet - Sociedade do Conhecimento – Desenvolvimento Rural

ABSTRACT

Master´s Dissertation
Post-Graduation Program on Rural Extension
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

THE USE OF INTERNET BY NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS THAT PROMOTE RURAL DEVELOPMENT

AUTHOR: CRISTIANE CAMARGO DA SILVA
ADVISER: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA
Santa Maria, July 31, 2006.

The present study was carried out in two non-government organizations, CAPA - Center of Support to the small farm worker- and MST - movement of the landless farm workers, from October 2005 to February 2006, aiming to analyze the use of the internet by these organizations in order to promote the rural development. The methodology employed was a combination of quantitative and qualitative techniques called “Q methodology”. Its use implies three stages: i) qualified informants were used to build the statements to be tested for the directed sample; ii) these statements were administered to 32 members of these social movements for them to classify; iii) the results were analyzed using a statistical program called PCQ (factorial analysis). The results led to the existence of four factors (groups of people), where all of them perceived the importance of the internet for the rural development. The factor A (internet & the organizations) believes that the collective appropriation, through entities, can be a better way to take advantage of Internet than a single farm worker’s appropriation. The factor B (the internet & subjects) is worried about the appropriation by the small farm worker. The factor C (the internet – politics) it is concerned about the people's possibilities to use Internet, since there are not enough public resources to facilitate access to internet in the countryside. The factor D (the internet & broadcasting strategies) is concerned about the strategies to broadcast the movement. By analyzing all these factors, it is observed that all agree in internet as a great possibility of development for the farm workers and rural organizations, like MST, because permits to obtain information and also to interact among the people involved (generating empowerment). The present study concluded that nowadays the social organizations that promote rural development should use this democratic network called 'internet'.

Key-words: internet - knowledge society - rural development- Q methodology

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Página Inicial do *site* do MST 25
Figura 02 – Continuação da Página Inicial do *site* MST 26
Figura 03 – Layout do *site* em Francês 29
Figura 04 – Página inicial do *site* do CAPA 35
Figura 05 – Hits Bem Sucedidos 36
Figura 06 - Grade de classificação Q. 53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I
A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO 6

1.1 O Paradigma Tecnológico Informacional e a Cultura da Virtualidade Real 8
1.2 A Sociedade em Rede e os Movimentos Sociais 10
1.3 Inclusão Digital: Um Desafio 13
1.3.1 A Realidade da Exclusão Digital no Brasil 14
1.3.2 Os Programas de Inclusão 16

CAPÍTULO II
O POTENCIAL DA INTERNET NO MEIO RURAL 19

2.1 A Utilização da Internet pelo Movimento Sem Terra (MST)..... 23
2.2 A Utilização da Internet pelo Centro de Apoio do Pequeno Agricultor (CAPA) 30
2.3 Algumas Experiências Vivenciadas no Meio Rural 38

CAPÍTULO III
ABORDAGEM METODOLÓGICA E ANÁLISE DA COLETA DE DADOS ... 42

3.1 Q e Seus antecedentes Conceituais 43
3.2 Q no Marco de uma Avaliação 47
3.3 Passos para aplicar Q 49
3.4 A Coleta de Dados 57
3.5 Análise Fatorial 61
3.5.1. Fator A – Internet – Organizações 60
3.5.2. Fator B – Internet – Indivíduos 62
3.5.3 Fator C – Internet – Políticas 65
3.5.4. Fator D – Internet – Estratégias de Difusão 67

CAPÍTULO IV
CONSIDERAÇÕES FINAIS 70

4.1 Objetivo Geral 70
4.2 Objetivos Específicos 72
4.3 Os Fatores Obtidos 73

BIBLIOGRAFIA 76

INTRODUÇÃO

Nessas três últimas décadas, assistimos grandes transformações nos campos sociais, políticos e econômicos, que ocorrem numa velocidade significativa. Percebe-se que o fim da guerra fria, com o avanço do capitalismo, acentuou uma lógica onde os interesses do capital passam a ser prioritário, deixando em segundo plano os interesses sociais. Presenciamos também uma verdadeira revolução tecnológica, uma revolução digital, que afeta todos os campos do saber: da informática à agricultura, da biotecnologia à comunicação.

No contexto da comunicação, o surgimento e a disseminação da Internet vêm possibilitando a quebra de barreiras de tempo, de espaço e de identidade. Assim, observamos que a liberdade assim conquistada abre espaço para um agir totalmente reformulado, em constante movimento, onde ainda não se conhece a forma definitiva desse novo meio de interação entre as pessoas.

Além de todo esse cenário de efervescências tecnológicas, a sociedade passa também por mudanças de natureza política. O Estado perde gradativamente a força, dadas às políticas neoliberais que visam um Estado mínimo. As demandas sociais, porém, exigem cada vez mais atenção; e nem a atuação em conjunto dos governos e do setor privado consegue sanar todos os problemas da sociedade (saúde, educação, meio ambiente etc). Assim, vem ganhando força o terceiro setor, movimento da sociedade civil desvinculado das organizações tradicionais. Neste cenário estão as organizações não-governamentais, que tentam substituir o Estado na resolução dos problemas sociais. O presente estudo norteia-se nessa confluência entre os temas Internet e organizações não-governamentais que visam o desenvolvimento rural.

Estas organizações não-governamentais vêm promovendo o desenvolvimento rural ao longo das três últimas décadas, se fortalecendo através de iniciativas e experiências de movimentos e organizações sociais diversas que, em todo o mundo, tem procurado práticas e propostas alternativas ao predomínio cultural e político da racionalidade da hegemonia capitalista.

O CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, faz parte de um determinado grupo destas organizações não-governamentais, aquele que ao longo de sua trajetória aproximou suas propostas, objetivos e práticas aos valores difundidos por visões do pensamento crítico contemporâneo acerca dos limites e possibilidades de superação da racionalidade dominante do sistema vigente.

O MST – Movimento dos Sem Terra, vem trabalhando no apoio a lutas construídas nas bases da sociedade. Cumpre, assim, um papel importante na organização política e no atendimento a demandas de grupos sociais que sofrem as conseqüências das políticas de desenvolvimento que, de um modo geral, não contribuem para as suas condições de vida e de trabalho.

Nesse contexto, observa-se que a ação das ONGs alterou significativamente os campos de disputas por atribuição de sentidos à concepção de desenvolvimento. A partir de suas práticas a noção de desenvolvimento rural, ao agregarem e atribuírem diversos qualificativos e novas perspectivas ampliaram significativamente as compreensões do que pode ser nomeado de desenvolvimento.

Assim, visualiza-se que há algum tempo as ONGs já não representam uma novidade no cenário político internacional. As idéias e propostas que defendem e as ações que promovem alcançam enorme visibilidade e relevância nas últimas décadas. Temas como a valorização e defesa dos direitos humanos e de cidadania e as novas percepções sobre a relação entre sociedade e meio ambiente ganharam um enorme alcance, possibilitando a emergência de novos canais institucionais de negociação de demandas.

Nas comunicações o surgimento e a disseminação da Internet possibilitou a quebra de barreiras temporais, espaciais e de identidade, o que vêm beneficiando o trabalho dessas ONGs que objetivam promover o desenvolvimento rural. A liberdade assim conquistada abre espaço para um agir totalmente reformulado e em constante mutação.

A história da Internet mostra que sua configuração e sua horizontalidade possibilitam uma maior participação do usuário. Sua interatividade possibilita a criação de novos espaços de sociabilidade, a emergência de um novo espaço público descentralizado e abrem um horizonte novo para a comunicação.

O aumento do poder e da flexibilidade das novas tecnologias de comunicação e seus serviços, associado à diminuição de seus custos, representa uma oportunidade extraordinária para incrementar sua difusão e uso com a finalidade de promover a equidade social no meio rural.

Para Ada Cristina Machado da Silveira (2003), os mentores da Sociedade da Informação, os canais da inclusão digital, à diferença dos canais midiáticos da atualidade, podem ser entendidos como aqueles que se ocupam dos negócios, do emprego, que conectam os domicílios, as escolas e aqueles utilizados pelos governos. A ampliação de horizontes e incorporação de expectativas, a situação de projetos, de instituições financeiras, dados de mercado, grupos de comercialização, políticas públicas, estimativas de safra e desempenho de bolsas de valores e commodities, serviços bancários, cooperativas de crédito e de produção, educação à distância, e tantos outros são as possibilidades aventadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs.

As novas tecnologias, quando permitem a integração de muitas formas de comunicação, fazem surgir uma inédita rede interativa com novas mídias que propõe relações diferenciadas, nas quais as organizações podem interagir com uma dinâmica mais acelerada e versátil.

É a situação em que, por exemplo, portais de ONGs voltadas para o desenvolvimento rural, que atuem como canal de comunicação para efetiva comercialização de produtos, discussão de condições, agilização do acompanhamento do seu desempenho e, também, de outras organizações, não deixa de ser mera extensão ciberespacial de muitas práticas bastante conhecidas no contexto mundial.

Para Paulo Vaz (2000), o surgimento da Internet e o barateamento dos computadores implicaram concretamente numa anulação das antigas barreiras, corporificadas em objetos técnicos caros e volumosos, para se produzir e distribuir informações à distância. O autor comenta que se a preocupação for pesquisar como

a Internet pode favorecer a democratização, talvez a boa questão não diga mais respeito à descentralização do poder de emitir informação a distancia ou a características singulares de suas representações, mas ao modo como ela facilita a organização e amplia o alcance de movimentos sociais, contestatórios ou não.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo está em verificar a importância da utilização da Internet pelas organizações não governamentais que promovam o desenvolvimento rural. Partindo desse objetivo mais geral buscamos identificar:

- Os benefícios que as organizações não-governamentais estão tendo com a apropriação desse veículo;

- Os problemas enfrentados em relação ao seu uso,

- As estratégias adotadas pelas organizações não-governamentais para motivar a utilização da Internet.

No primeiro capítulo do presente estudo, A Sociedade do Conhecimento “, realizou-se uma abordagem panorâmica sobre a configuração da atual sociedade do Conhecimento, suas origens e vieses de interpretação”. Considerou-se importante descrever a realidade da exclusão Digital no Brasil e os atuais programas de inclusão.

No segundo capítulo, intitulado, “O Potencial da Internet no Meio Rural”, descreveu-se como duas organizações não-governamentais, que se preocupam com a promoção do desenvolvimento rural, utilizam a Internet atualmente. São elas:

1 - O CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor: é uma organização não-governamental ligada e mantida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). O trabalho dessa entidade se encontra espalhado por diferentes regiões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, beneficiando 4,5 mil famílias de agricultores, organizadas em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Ao todo, são cinco núcleos de atuação. Desenvolve atividades baseadas nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolvendo experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária. Observa-se que o objetivo principal dessa ONG é buscar a autonomia da agricultura familiar. A presente pesquisa preocupou-se, também, em descrever como se deu o processo de utilização da Internet por essa ONG a qual a pesquisadora vem acompanhando há dois anos.

2 - O MST – Movimento dos Sem Terra: é uma organização não-governamental fundada oficialmente em 1984. Atualmente o MST atua em 23 estados brasileiros e envolve aproximadamente 1.5 milhão de pessoas, pois a sua luta não é somente pela Reforma Agrária, mas abrange a construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

No Terceiro capítulo, "Abordagem Metodológica e Análise de Coleta de Dados", delineou-se a coleta de dados, explicitando a metodologia utilizada, Metodologia Q, a pesquisa realizada, bem como a sua análise. O objetivo deste capítulo é mostrar como os participantes das ONGs visualizam o uso da internet.

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Ao final dos anos sessenta, começam a se gestar de forma independente, três processos, que convergem hoje para a "gênese de um novo mundo" (**CASTELLS, 2003)**, são eles:

1) a revolução das tecnologias da comunicação;

2) a crise econômica, tanto do capitalismo quanto do estatismo, e sua subseqüente reestruturação;

3) o florescimento de movimentos sociais e culturais.

Para o referido autor, a revolução das tecnologias da informação age remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência do *informacionalismo* como a base material de uma nova sociedade. Ou seja, as tecnologias da informação tornam-se ferramentas muito importantes na geração de riqueza, no exercício do poder e na questão das identidades.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 1990 era a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade (CASTELLS, 2003, p. 57).

Nesse contexto assistimos a potencialização das redes, muito velhas formas de organização social, pois se tornam o modo prevalente de organização das

atividades humanas transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social e econômica.

No segundo processo citado pelo autor, a crise dos modelos de desenvolvimento, tanto do capitalismo como do estatismo, levou ambos a se reestruturarem a partir de meados dos anos 70. O estatismo acabou mostrando inabilidade para manejar sua transição para a Era da Informação, enquanto nas economias capitalistas as empresas e os governos adotaram medidas e políticas que, em conjunto, levam a uma nova forma de capitalismo caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, a flexibilidade organizacional e um maior poder para o gerenciamento em suas relações com o trabalho. Essa nova forma de capitalismo, o *capitalismo informacional,* acabou prevalecendo.

Assim, a conseqüência fundamental desse processo é que, pela primeira vez na história, o mundo todo está organizado tendo como base um conjunto de regras econômicas comuns. Trata-se de um capitalismo muito mais duro em seus objetivos, porém, incomparavelmente mais flexível que qualquer um de seus predecessores em seus meios. "Informacional", então, porque mais do que nunca está fixado na cultura e é propulsado por essa tecnologia.

No terceiro processo, Manuel Castells (2003) é explícito ao afirmar que "a tecnologia não determina a sociedade". Vários fatores intervêm, segundo um complexo padrão interativo na configuração que ela toma em cada momento da história. Daí a importância que tiveram, na conformação da sociedade atual, os poderosos movimentos sociais que eclodiram a partir de 1968. Eles reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuravam a liberdade necessária para a experimentação pessoal. Em essência, tratou-se de movimentos culturais e não políticos e o que queriam era mudar a vida e não tomar o poder.

Esses movimentos questionaram as bases profundas da sociedade e rechaçaram os valores estabelecidos. Levantaram-se contra o patriarcalismo e marcaram a crise da família patriarcal e dos valores que vinham organizando a sociedade durante séculos; rechaçaram os tradicionalismos religiosos e os nacionalismos e, assim, prepararam o cenário para uma ruptura fundamental na sociedade. No entanto, embora fossem em princípio culturais e independentes das

transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia. Sua cultura aberta estimulou a experimentação, com a manipulação de símbolos; seu internacionalismo e cosmopolitismo estabeleceu as bases intelectuais para um mundo interdependente.

Para o referido autor, a interação desses três processos, paralelos, mas independentes, durante o último quarto do século XX, produz uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que acabaram produzindo uma nova sociedade. Essa nova sociedade é caracterizada, então, por uma nova estrutura social dominante: a ***sociedade rede***, uma nova economia: a ***economia informacional global*** e uma nova cultura: a ***cultura da virtualidade real***. Contudo, a característica da *sociedade rede* não é o papel crucial do conhecimento e da informação. Conhecimento e informação, na verdade, foram centrais para todas a sociedades.

Assim, o que é novo hoje é o conjunto de tecnologias da informação com as quais lidamos, centradas ao redor das tecnologias da informação/comunicação baseadas na microeletrônica e a engenharia genética - tecnologias para agir sobre a informação e não apenas a informação para agir sobre a tecnologia, como no passado. Elas estão transformando o próprio tecido social, permitindo a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas.

1.1 O Paradigma Tecnológico Informacional e a Cultura da Virtualidade Real

É assim que, de acordo com Castells (2003), entramos em um novo paradigma tecnológico. Sintetizando a abordagem, as principais características deste paradigma tecnológico informacional são:

- a matéria prima fundamental é a informação;

- a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: o processamento de informação torna-se presente em todos os domínios de nosso sistema social e, por isso, o transforma;

- a lógica de redes, lógica bem adaptada à crescente complexidade das interações e a modos imprevisíveis de desenvolvimento;

- a flexibilidade, entendida como a capacidade de reconfiguração constante sem destruir a organização, pode ser tanto uma força libertadora quanto se tornar uma tendência repressiva, salienta o autor;

- a convergência de tecnologias específicas num sistema altamente integrado. Pela primeira vez na história, diz o autor, a mente humana é uma força produtiva direta e não apenas um elemento decisivo do sistema de produção.

Sob o paradigma informacional, emergem uma nova cultura onde as expressões e a criatividade humana são padronizadas e (hiper) ligadas em um hipertexto eletrônico global que modifica substancialmente as formas sociais de espaço e tempo: do espaço dos lugares ao espaço dos fluxos, do tempo marcado pelo relógio ao "tempo intemporal" das redes. Esse hipertexto eletrônico, sintetizado pela Internet, torna-se o marco de referência comum para o processamento simbólico de todas as fontes e de todas a mensagens. É por isso que esse hipertexto constitui a coluna vertebral da nova cultura, a *cultura da virtualidade real*, na qual a virtualidade torna-se o componente fundamental de nosso ambiente simbólico e, por isso também, da nossa experiência como seres comunicacionais.

A virtualidade é nossa realidade, afirma Castells (2003), porque vivemos em um sistema no qual a própria realidade (a existência material/simbólica das pessoas) está totalmente imersa num ambiente de imagem virtual, num mundo simulado no qual os símbolos não são apenas metáforas, mas incluem a experiência real. Nesse ambiente, os valores dominantes e os interesses são construídos sem referência ao passado ou ao futuro, mas na intemporal paisagem das redes de computadores e das mídias eletrônicas.

1.2 A Sociedade em Rede e os Movimentos Sociais

No meio rural, observa-se a existência de algumas redes que buscam a melhoria da qualidade de vida do homem no campo, com práticas de produção autogestionária e de comercialização justa, como bancos éticos e cooperativa de poupança e crédito, programas de microcrédito solidário, trocas solidárias, usando moedas comunitárias, novos modos de consumo consciente e sustentável, práticas de educação para a cooperação, a reciprocidade e o respeito à diversidade, e, também, sistemas de comunicação que privilegiam o diálogo para além da comunicação unidirecional.

Assim, acredita-se que a globalização está se tornando um grande movimento de conexão de tudo o que vale para a razão instrumental do mercado e, ao mesmo tempo, de desconexão de tudo o que não vale para essa razão. Nesse cenário, as pessoas tendem a se reagrupar em torno de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais), e o fazem a procura de segurança pessoal e de sentidos para (re) organizar suas vidas.

Com essa compreensão, percebe-se que o meio rural, centrado no ser humano, respeitando sua diversidade biológica e humana, preocupa-se em construir unidades em torno de projetos comuns, valorizando o trabalho, saber e criatividade como motores principais do desenvolvimento humano e social.

Paul Singer, em entrevista concedida ao Jornal a Razão, em 09/07/2005, comentou que cresce no meio rural o movimento da Rede de Economia Solidária. Este está sendo mapeado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado final desse mapeamento permitirá avaliar a importância da Economia Popular Solidária para o desenvolvimento do país, mas já há indicadores que ela é relevante em setores da economia popular como a agricultura familiar, o extrativismo vegetal e o artesanato. Talvez o que realmente importe a esse respeito seja a sua rápida expansão pelo Brasil, o que permite crer que em pouco tempo ela será deveras importante como alternativa solidária ao desenvolvimento rural.

O entrevistado comentou que o “Projeto Esperança” em Santa Maria, RS, pode ser apontado como referência no país, entre outros, pois reúne pequenos

produtores que comercializam seus produtos em espaços determinados e em feiras anuais, que ganham cada vez mais âmbito territorial, ultrapassando as fronteiras territoriais. Iniciativas semelhantes se verificam em Fortaleza, CE, com o Banco Palmas, em Valente, BA, com a produção cooperativa de tapetes de cisal e de derivados da caprinocultura.

Observa-se que os exemplos citados, de organização econômica no meio rural, de redes de economia solidária são alternativas à hegemonia do modelo capitalista, que visam o desenvolvimento rural.

Segundo Naville (2003, p. 87), durante décadas a visão de desenvolvimento tinha apenas um contexto econômico, considerando apenas aspectos tecnológicos e produtivos, planos e estratégias baseadas nessa visão apareceriam de forma imediata no melhoramento da qualidade de vida das sociedades. Com o tempo, foi necessário incluir na concepção de desenvolvimento aspectos sociais, humanos, culturais.

> *La primera visión se centraba en el problema de la satisfacción de las necesidades básicas de las poblaciones, cayendo en una situación de asistencialismo, sin considerar otros planos que necesariamente implican la participación activa de las personas y sus comunidades, sus aspectos culturales, los haberes locales, sus deseos e intereses. Bajo esta visión, caemos siempre en una lógica del diagnóstico de las necesidades materiales o tecnológicas, dejando de lado el análisis de los factores sociales y psicosociales (NAVILLE, 2003, p.87).*

Vella e Hegedüs (2003) observam que a primeira vertente de desenvolvimento, quando se pensava que o crescimento da economia produziria uma melhora na possibilidade de consumo na sociedade dos países subdesenvolvidos, até alcançar níveis semelhantes dos países desenvolvidos, foi posta, ainda, em discussão na década de sessenta.

> *Foi o economista T. W. Shultz (1964) quem ressalta a importância de fatores como a educação como pré-requisito para conseguir o desenvolvimento. Desde o seu ponto de vista, estes fatores deveriam ser considerados como investimentos com retorno. Ao hierarquizar os aspectos sociais, resultou que por si só não significava desenvolvimento e que a taxa de crescimento não constituía um bom indicador da qualidade de vida da população (VELLA e HEGEDÜS. 2003, p.33).*

Observa-se nesta citação que Shultz (1964) percebe o aspecto social "como um recurso, como um meio para lograr-se fins superiores". Vella e Hegedüs comentam, assim, a ênfase da redefinição do conceito de desenvolvimento, quando o social como meio passou para o social como fim de desenvolvimento. Neste segundo enfoque o "social" vem ao encontro do desenvolvimento centrado nas pessoas, como um processo de apropriação, de empoderamento social. Com essa compreensão de desenvolvimento, percebe-se que no meio rural a formação de redes pelo pequeno produtor rural é a forma mais adequada para a sua reorganização social, política e econômica.

Corroborando, Castells (2003) comenta que as redes são mais do que uma nova metáfora que superaria as mecanicista e organicista, nas quais a sociologia se baseou historicamente. As redes interativas de informação tornaram-se tanto os componentes da estrutura social quanto os agentes da transformação social: são a morfologia social de nossas sociedades. Por isso, para o autor, é justificado falar em sociedade rede nomeando assim a nova estrutura social dominante. Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, elas tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico.

Acredita-se que essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação. É por isso que a flexibilidade pode ser alcançada sem sacrificar a performance e é por isso também que, por sua capacidade superior de desempenho, as redes vão gradualmente eliminando, em cada área específica de atividade, as formas de organização hierárquicas e centralizadas.

Existem por isso redes baseadas em valores alternativos aos dominantes, embora sua morfologia seja similar. É assim que os conflitos sociais acabam tomando a forma de lutas baseadas em redes que tentam reprogramar outras redes, inscrevendo assim novos códigos, por exemplo, novos valores, como as citadas acima por Paul Singer, entre os objetivos que organizam a atuação das redes opostas. Dessa forma a luta principal na era da informação passou a ser a luta pela redefinição dos códigos culturais, e esses códigos, em última instância, residem na mente humana. A mente humana tornou-se, assim, o principal local do poder.

No entanto, a mudança social na *sociedade rede* é uma tarefa bem complicada devido a grande capacidade das redes de absorver qualquer novo insumo para acrescentar à própria rede e/ou para neutralizá-lo. É por isso que existem poucas possibilidades de mudança social dentro de uma rede dada. As possibilidades de transformação vêm normalmente de fora, seja através da negação de sua lógica pela afirmação de valores que não podem ser processados por rede nenhuma: apenas ser obedecidos e seguidos, seja por redes alternativas com projetos alternativos que consigam dar comunicabilidade a códigos para além de sua autodefinição específica.

Neste contexto, onde os partidos políticos parecem ter esgotado seu potencial como agentes autônomos da mudança social, os sujeitos potenciais da Era da Informação são os movimentos sociais, e o serão na prática se conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos. Para isso, segundo Castells (2003), eles têm que se posicionar como mobilizadores de símbolos e atuar sobre a cultura da virtualidade real que emoldura a comunicação na *sociedade rede*.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais conseguem desenvolver suas potencialidades, uma distância social infinita vai se estabelecendo entre, por um lado, as metaredes do sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens e, por outro, a maioria das pessoas, as atividades e os locais do mundo.

1.3 Inclusão Digital: Um Desafio

Segundo foi apurado pelo Ibope/NetRatings[1] 14,1 milhões de brasileiros utilizaram a Internet em suas residências no mês de março desse ano. È a primeira vez, desde que a empresa iniciou a medição de audiência domiciliar no país, em setembro de 2000, que o número de internautas residenciais ativos ultrapassa 14 milhões. De acordo com a pesquisa o tempo on-line também foi recorde, com 19

[1]O Ibope/NetRatings é uma joint-venture entre o Ibope e a Nielsen/NetRatings, líder mundial em mensuração do comportamento dos usuários da Internet. A empresa está presente em onze países, por meio do maior painel de internautas do mercado, com mais de duzentos mil colaboradores (4.265 no Brasil). Através de uma tecnologia proprietária, é capaz de medir o comportamento dos usuários, bem como a atividade publicitária on-line, e fornecer dados sobre a Internet mundial.

horas e 24 minutos por mês, superado apenas pelos franceses, com 19 horas e 28 minutos (um recorde também naquele país). Conforme o Comitê Gestor da Internet no Brasil[2], em março o número de domínios "br" chegou a 899.044 contra 880.782 em fevereiro de 2005, ou seja, houve um aumento de significativo nos últimos doze meses.

No entanto, embora seja crescente o número de brasileiros acessando a rede mundial de computadores, ainda é enorme a população completamente excluída do mundo digital e de suas infinitas possibilidades. O resultado dessa nova modalidade de exclusão se reflete na escala social. Os sem computadores e sem chances de acessar um vêem reduzidas drasticamente suas chances de se inserir no mercado de trabalho, por exemplo. Assim, informação, conhecimento, pesquisa, notícias, enfim, uma gama de possibilidades essenciais à cidadania estão inatingíveis para mais de cem milhões de brasileiros.

1.3.1 A Realidade da Exclusão Digital no Brasil

Segundo essa mesma fonte, nessa comparação anual, três categorias que tiveram crescimento real estão ligadas ao comércio eletrônico, cujo objetivo final é a venda ou a influência direta sobre ela, são elas: viagens, automóveis e e-comércio.

A informação acima apesar de satisfatórias para o e-comércio, provedores, instituições privadas,..., deixam claro que é a realidade da inclusão digital das classe A e B, de um público que possui renda.

Observa-se, assim, que o contexto das pessoas com poder aquisitivo baixo é bem diferente. Segundo o Mapa da Exclusão digital, do mês de abril de 2003, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, percebe-se que em relação ao atributo

---

[2] O Comitê Gestor da Internet no Brasil coordena e integra todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Entre suas responsabilidades destacam-se a proposição de normas e procedimentos relativos à regulamentação das atividades na Internet, a promoção de estudos e padrões técnicos para a segurança das redes e serviços no país, e o estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil. O Comitê Gestor também coordena a atribuição de endereços Internet, o registro de nomes de domínios e a interconexão de backbones. Mais informações em www.cgi.br.

anos de estudo, indivíduos que possuem até quatro anos de estudo têm uma menor participação na população de incluídos digitais do que na população total. Por exemplo, a participação dos analfabetos, população total, 21,75%, cai para 7,1% na população dos que possuem computador e 9,02% naquela que dispõe de Internet.

Já no caso dos indivíduos que possuem mais de 12 anos de estudo observamos o inverso. A participação deste grupo na população total, 6,25%, sobe para 29,55% naqueles com computador e 35,19% naqueles com Internet. O grupo de alta escolaridade está bem representado entre os incluídos digitais.

Observa-se ainda, na mesma fonte, a taxa de acesso ao computador para os indivíduos com mais de 12 anos de estudo é de 58,9% e a de acesso à Internet, 46,8%. Estas taxas caem para 4,1% e 3,4%, respectivamente, no caso dos analfabetos. Fazendo uma análise pelo modelo logístico proposto pelos investigadores, a chance condicional de um analfabeto possuir um computador em seu domicílio é 99,95% menor.

Esses diferenciais de inclusão digital observados eram esperados, uma vez que os indivíduos que investem mais em capital humano, acumulando mais anos de estudo, tendem a receber rendas superiores ao restante da população, e conseqüentemente, possuir meios financeiros para adquirir acesso ao computador e Internet. As relações entre educação e inclusão digital ocupam lugar de destaque no relatório da Fundação Getúlio Vargas.

Outra observação importante foi quanto ao setor de atividade, pois se verificou que os setores agrícolas e de construção são os mais excluídos digitalmente. Na população total, o setor agrícola representa 8,82%, enquanto que na população que possui computador, 1%, e na população que possui acesso à Internet, 0,68%. As taxas de acesso a computador e à Internet confirmam a alta exclusão digital existente no setor agrícola, sendo a primeira de apenas 1,4% e a segunda de 0,6%. Ou seja, a chance condicional de um trabalhador agrícola possuir um computador em seu domicílio é 61,47% menor do que de um indivíduo que trabalha no setor de serviços, nosso grupo de referência.

O movimento do Software Livre contribui com esse processo de inclusão, pois este modo de produção de software tem resultado em produtos de excelente qualidade e grande penetração em alguns setores do mercado mundial de software.

A característica mais importante do software livre á a liberdade do uso, cópia, modificação e redistribuição. Esta liberdade é conferida pelos autores do programa e é efetivada através da distribuição do código fonte dos programas, o que os transforma em bens públicos, disponíveis para a utilização de toda a comunidade e da maneira que seja mais conveniente a cada indivíduo.

A liberdade para usar, copiar, modificar e redistribuir o software livre lhe confere uma série e enormes vantagens sobre o uso do software proprietário. A mais importante delas é a disponibilidade do código fonte, porque isso evita que os usuários se tornem reféns de tecnologias proprietárias. Além destas as vantagens técnicas são também consideráveis.

A comunidade de software livre está espalhada no mundo todo e seus participantes cooperam nos projetos através da Internet. Estima-se que participam desta comunidade mais de 100 mil programadores e projetistas, com a grande maioria deles trabalhando voluntariamente em um ou mais projetos estima-se também que existam mais de 10 milhões de usuários regulares de sistemas operacionais e aplicativos distribuídos como software livre. Recentemente, empresas como a IBM e Hewlet–Packard passaram a investir no desenvolvimento de software a ser distribuído livremente, bem como em serviços para usuários de software livre

1.3.2 Os Programas de Inclusão

Preocupadas com a grande fatia da população que vive à mercê dos recursos tecnológicos, as administrações públicas se movimentam e começam a responder com ações na tentativa de, pelo menos, diminuir o enorme grupo de excluídos. Assim, a inclusão digital passou a ser alvo de diversos projetos dos governos federais, estaduais e municipais.

O Programa de Inclusão Digital desenvolvido pelo Governo Federal tem como principais objetivos estimular uma política pública neste sentido, e ampliar a proporção de cidadãos, sobretudo os da classe C, D e E, com acesso às tecnologias da informação e comunicação. Também visa fomentar a implantação de espaços públicos - telecentros e outros -de acesso comunitário por governos municipais, estaduais, iniciativa privada e sociedade civil.

Um dos carros-chefe do programa é o Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos[3]. Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo à oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, com linha de financiamento específica, além da isenção de imposto Pis/Cofins. Assim, PCs de até R$ 1.400,00 que obedeçam à configuração mínima podem ser parcelados em até 24 prestações de R$ 70,00. Até o momento o Ministério da Ciência e Tecnologia cadastrou 23 empresas fabricantes interessadas em vender equipamentos dentro do programa. O Projeto prevê ainda que todo cidadão, que adquirir o Computador para Todos terá o direito a suporte, tanto para atendimento técnico (problemas com hardware, defeitos de fabricação, etc), como para o uso dos aplicativos.

Outro Programa de Inclusão é o GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, que garante conexão via satélite para escolas, telecentros e bases militares em lugares remotos, além de oferecer serviços como conta de e-mails, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais.

O Programa Casa Brasil, outra iniciativa no mesmo sentido, conta atualmente com 35 unidades em funcionamento espalhadas por todas as regiões do território nacional em localidades com alto índice de exclusão digital. È um espaço modular planejado para reunir em etapas ou simultaneamente um telecentro comunitário, uma biblioteca, um auditório, além de ter espaços disponíveis para a prestação de serviços públicos.

No Rio Grande do Sul está em funcionamento o Via Pública, projeto da Companhia de Funcionamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs) vinculado ao Programa de Inclusão Digital do governo do estado. Atualmente existem 14 pontos, sendo quatro em Porto Alegre e os demais distribuídos em cidades do interior. Implantado em setembro de 2000, o programa articula uma rede pública de comunicação, mobilizando esforços públicos e privados na instalação dos pontos de presença conectados à Internet. Entre os principais serviços disponibilizados nestas unidades estão: acesso à Internet, impressão de currículos, auxílio para cadastramento de CPF, preenchimento de formulários e envio de impostos de renda. Em Porto Alegre são atendidas em média cerca de oito mil pessoas por mês.

---

[3] Para maiores informações acessar www.mct.gov.br.

Viabilizar o acesso aos indivíduos de menor poder aquisitivo ao mundo da informática passou a ser uma preocupação também das prefeituras. Em Porto Alegre/RS existem, atualmente, 28 telecentros, locais com computadores, na maioria doados por instituições, onde o usuário pode realizar diversos serviços on-line, sem nenhum custo.

Outro fato de importância para a inclusão social foi à inauguração, em Porto Alegre, no último dia 17 de abril, pelo Governo Federal, através do Ministério do Planejamento e em parceria com o Centro Social Marista (CESMAR), o primeiro Centro de Reciclagem e Recondicionamento de Computadores (CRC)[4], no loteamento Timbaúva, bairro Mário Quintana, na Zona Norte da Capital. Pioneiro no país, o projeto que integra o Programa Brasileiro de Inclusão Digital, tem entre seus parceiros a PUC/RS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O Centro fará o recondicionamento de computadores e bens de informática descartados por órgãos da administração pública federal e por parceiros da iniciativa privada. Os equipamentos recondicionados serão destinados à telecentros , bibliotecas, escolas, entre outros projetos de inclusão social.

Além da inclusão Digital, o centro tem o papel importante da inclusão social. Dos setenta jovens contratados para trabalhar no centro, cinqüenta são moradores do loteamento Timbaúva. Através do Programa Primeiro Emprego, e em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição, eles receberão qualificação em hardware e software livre. A iniciativa vai possibilitar a inclusão social e a geração de renda para os jovens que atuarão no projeto.

Observa-se assim a importância de tais projetos sociais, pois é a oportunidade que os indivíduos têm de se aproximar da tecnologia, conhecê-la e usá-la como instrumento de cidadania.

---

[4] Para informações do Centro de Reciclagem o contato pode ser feito pelo fone (51)33663817 e através do e-mail cesmar@maristas.org.br.

CAPÍTULO II

O POTENCIAL DA INTERNET NO MEIO RURAL

Os dados citados da exclusão digital no setor agrícola, provindos da Fundação Getúlio Vargas, reforçam a idéia, que a apropriação da Internet no meio rural está acontecendo de forma coletiva, através de entidades, uma vez que o poder aquisitivo do homem rural, e também pela infra-estrutura física no campo, retarda o processo de apropriação individual.

Ou seja, marcado por pressões de um mundo cada vez mais complexo e organizado de forma que privilegia a hegemonia capitalista, a natureza dos problemas do meio rural se redimensiona, obrigando o pequeno produtor rural a um investimento pessoal. Percebe-se, assim, que os pequenos agricultores, por estarem inseridos em um contexto que não facilita o seu desenvolvimento econômico, organizam-se em grupos a fim de buscar apoio para suas escolhas e iniciativas.

Esse contexto pode ser visualizado através da multiplicação de *sites* eletrônicos capazes de levar ao mundo inteiro a voz de grupos excluídos. As páginas virtuais do movimento Zapatista, de grupos de economia solidária, da guerra da Bósnia ou de grupos étnicos, entre tantos outros, disponíveis na comunicação em rede, são uma mostra de que as potencialidades de uma comunicação horizontal e democrática são muito promissoras nas redes de comunicação.

Percebe-se, assim, que nos últimos anos, esse veículo de comunicação tem causado uma revolução. Com ele, um cidadão comum ou uma pequena empresa pode facilmente ter acesso à informação nos mais distantes pontos do globo, como também organizar, estruturar e disseminar informação em âmbito mundial.

Produtores e empresas ligados ao agronegócio podem ter acesso a um grande volume de informação, de natureza técnica e de mercado, úteis para a tomada de decisão. De outro lado, órgãos governamentais e não-governamentais instituições de pesquisa, serviços de extensão, cooperativas e associações podem colocar informação ao público de modo mais eficiente e a custos comparativamente mais baixos do que com os meios de comunicação convencionais.

Observa-se que o potencial dos recursos da Internet aplicados no meio rural está ampliando-se, pois já existem vários esforços neste sentido. São iniciativas com caráter básico de divulgação institucional. Alguns exemplos: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (http://www.embrapa.br); Esalq - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (http://www.esalq.usp.br); IAC - Instituto Agronômico de Campinas (http://www.iac.br); Unicamp - Universidade Estadual de Campinas (http://www.unicamp.br).

Num contexto diferente, foi criado o Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar (GIPAF). Esse visa à interação de pessoas interessadas na questão da agricultura familiar. Em seu sítio eletrônico (http:// cria.org.br/gip/gipaf), existe um espaço, denominado Fórum Eletrônico da Agricultura Familiar, destinado à discussão, por meio de correio eletrônico, sobre assuntos relacionados ao tema. O GIPAF dispõe de uma lista de discussão, onde qualquer interessado pode se inscrever e participar das discussões ou trocar informações com todos os outros participantes da lista. A quem interessar, foi feita também uma lista de discussões internacionais. Através desse fórum, você pode enviar mensagens eletrônicas para várias pessoas entre elas: pesquisadores, agricultores, professores, extensionistas, engenheiros agrônomos, agentes de ONGs, entre outros. Diversas instituições estão representadas pelos seus participantes.

O GIPAF pretende também informar a programação de pesquisa na área, tornar disponíveis bases de dados sobre levantamentos e censos, servir como veículo de comunicação de publicações e divulgar eventos e notícias, além de manter catálogos, tais como de pesquisadores, de instituições e de referências bibliográficas.

O Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura - CNPTIA (http://www.cnptia.embrapa.br) provê o GIPAF de infra-estrutura

computacional e de tecnologias de informação e de comunicação. O apoio técnico-científico em agricultura familiar é fornecido pelos seguintes parceiros: o Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais - DESER, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido - CPATSA e o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - CNPMA, os dois últimos também da Embrapa. O apoio de outras instituições é de extrema importância e está sendo buscado.

Observa-se que a Internet permite diversas formas de interatividade nas suas aplicações. Os grupos de discussão sobre agricultura familiar, por exemplo, já tem embutido em seu propósito a interação entre os participantes de um grupo com interesse focado em um assunto específico de interesse. Percebe-se que mesmo o correio eletrônico pode ser interativo quando se encorajam as respostas e são geradas discussões entre uma lista de pessoas que estejam recebendo a mensagem.

No Brasil, existem muitas outras iniciativas de aplicação da Internet que são úteis para o meio rural: sistemas de informação do agronegócio, dados sobre mercados, meteorologia e outros. A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (http://www.pronaf.gov.br/dater/), que renova as forças com uma proposta voltada para a agricultura familiar, é outro exemplo onde se pode obter bons resultados com a Internet. Bom para o produtor, que poderá ter acesso aos serviços da extensão, e bom para o extensionista, para aprender, discutir e exercer as funções multidisciplinares inerentes à sua profissão. As associações também têm espaço para atuação. Associações de criadores de gado bovino podem tornar disponível informação sobre desempenho reprodutivo de touros, controles leiteiros e ranking com os melhores animais. As cooperativas, da mesma forma, podem oferecer serviços para os seus membros.

Entretanto, o primeiro e grande problema a ser equacionado é saber se o público-alvo vai ter acesso à rede. Incluir informação precisa e atualizada na Internet privilegia as pessoas com situação econômica e grau de instrução que foge a realidade do pequeno produtor rural. Os preços dos equipamentos de informática ainda são altos, há carência de linhas telefônicas nas áreas rurais brasileiras e os provedores de acesso estão nos centros urbanos, longe do campo.

Observa-se, assim, que a alternativa viável para a apropriação da Internet no meio rural será, ou já está sendo, via entidades, de forma coletiva, ou seja, através de entidades e organizações não-governamentais que congreguem o pequeno produtor rural, transformando-se em ponto de acesso à rede dos seus membros, ao invés de cada um ter acesso individual. Temos vários exemplos de Organizações não-governamentais trabalhando dessa forma.

Observa-se, ainda, que a grande maioria de projetos de inclusão digital no Brasil concentra-se nas periferias das grandes cidades. Porém, 23% da população brasileira vive na área rural (IBGE 2003). O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um exemplo de ONG que há algum tempo vem trabalhando essa questão com o Projeto "Inclusão Digital dos Trabalhadores nas Áreas de Reforma Agrária". No ano de 2004 a ONG viabilizou, em parceria com o Grupo de Voluntários do Banco do Brasil e o Programa GESAC (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Consumidor) do Ministério das Comunicações, dez telecentros comunitários em áreas assentadas. O trabalho é desenvolvido inteiramente com software livre tanto nos telecentros quanto nos cursos de capacitação.

O MST acredita que a inclusão digital será economicamente sustentável e vinculada ao processo de autonomia tecnológica nacional, se utilizarmos plataformas abertas e não-proprietárias. O simples fato de desenvolver softwares livres é um elemento de afirmação de cidadania, de inteligência coletiva, de redução da dependência tecnológica e do pagamento de royalties ao Primeiro Mundo. A essência do software livre reside em liberdades que seus usuários devem exercer: liberdade para estudar o programa e adaptá-lo às suas necessidades, ou seja, de ter acesso ao seu código-fonte; liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas; liberdade para aperfeiçoar o programa e liberá-lo para benefício da comunidade.

O Plano de Inclusão Digital e Alfabetização Tecnológica aprofunda a visão da educação entendida como prática social transformadora da sociedade. A reflexão crítica da sociedade e da mundialização será utilizada para fomentar práticas criativas de recusa de todos os sentidos da exclusão social, inclusive de sua feição tecnológica e concentradora de conhecimento em círculos fechados do Primeiro Mundo. Por isso, o uso do software livre é uma decisão política-educacional dessa ONG.

2.1 A Utilização da Internet pelo Movimento Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi fundado oficialmente em 1984. Porém, foi na década de 70 que começaram a surgir os primeiros trabalhadores rurais sem terra, vitimas da intensa mecanização da agricultura que acabou por introduzir o êxodo rural. A autora enfatiza que o MST começou com ações isoladas em cidades do Brasil e após as famílias foram se organizando em busca de terra e melhores condições de trabalho e de vida. Informações do próprio sítio mostram que, aos poucos, o MST foi entendendo que conquistar a terra era importante, mas não bastava, pois era preciso conquistar também crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem-terra. Dessa forma, foram organizados acampamentos, ocupações, marchas e outras ações que foram dando uma projeção cada vez maior ao movimento.

> *Por meio de inúmeras ocupações em áreas consideradas improdutivas, espalhadas inicialmente na região Sul e alastrando-se posteriormente por todo o país, através da ocupação em prédios públicos, de caminhadas, os grupos de sem-terra transformaram-se em "Sem Terra", construindo-se como um sujeito coletivo que cria uma identidade entre si através da sua organização interna (LÜBECK, 2005, p. 63).*

Em 2003, Lübeck (2004, p. 63) levantou que o MST atuava em 23 estados brasileiros, englobando mais de *1,5* milhão de pessoas, cerca de 350 mil famílias foram assentadas através desta luta e outras 80 mil vivem em acampamentos. A partir dos assentamentos foram criadas cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, cooperativas regionais de comercialização e cooperativas de crédito. Pequenas e médias agroindústrias foram criadas para o processamento de frutas, leite, grãos, entre outros, gerando emprego, renda e beneficiando indiretamente certa de 700 municípios do interior do Brasil.

O MST apresenta como seus objetivos principais a construção de uma sociedade mais justa; distribuição mais igualitária da terra; garantir trabalho a todos; buscar a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, sociais e culturais; difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; combater as formas de discriminação social.

A ONG possui uma organização que está estruturada nos moldes das empresas mais organizadas do país, e utiliza as ferramentas de comunicação para divulgar suas ações, mobilizar a opinião pública nacional e internacional a seu favor e, ainda, conectar informações para definir suas estratégias. Internacionalmente, o movimento está ligado a Via Campesina e outros movimentos internacionais, com quem troca informações e articula intervenções.

O sítio eletrônico teve início em 1996, de maneira tímida e atualmente tem cerca de noventa mil acessos mensais, verificados através de relatórios diários disponíveis na própria página. Segundo registros, a média de acessos mês, no ano de 2005, era de 37.632.

Observa-se que a mesma é muito dinâmica, com fotos, desenhos e atualização de notícias diariamente. Segundo Informações fornecidas pelo ativista Miguel Stédile (2005), em entrevista concedida à pesquisadora, em 10/10/2005, a existência de algum fato, entrevista, situações que sejam relevantes para o público do movimento, imediatamente já é registrado no *site*, ou seja, a página imediatamente é atualizada.

O entrevistado informa que o primeiro objetivo do *site* é o diálogo com as pessoas que não são do movimento, conseguindo alcançar bem esse objetivo, pois a maior parte do público que procura a página são pesquisadores ou são estudantes buscando informações sobre o MST. Os militantes do movimento têm acesso à página para se manterem informados sobre o mesmo em nível nacional, pois as informações que são veiculadas são sempre referentes ao movimento em cada estado, os últimos acontecimentos. A página disponibiliza muito material sobre a organização, informações sobre a história do MST, sobre outros assentamentos. Existe um espaço de fórum para as pessoas interagirem com a página, contendo a lista de sítios afins dos links que são indicados pela organização.

O menu fica na parte superior e se mantém em toda a estrutura, as cores predominantes são o branco, o vermelho e o verde, cores que identificam o MST (Figura 01).

Figura 01 – Página Inicial do *site* do MST.
Fonte: www.mst.org.br

O *site* possui ícones, na parte inferior esquerda, que dão a opção aos internautas de interagir com outros veículos de comunicação da organização, que são: o programa de rádio “Vozes da Terra”, “Jornal Sem Terra” e a “Revista Sem Terra” (Figura 02).

O Jornal Sem Terra, que está completando 25 anos, é um dos mais antigos veículos de comunicação organizado com os trabalhadores. A principal função do jornal é ser um veículo de informação e formação dos trabalhadores rurais sem terra. Com esse veículo o MST pretende divulgar à sociedade as lutas, avanços e conquistas dos sem terra e levar ao conhecimento dos mesmos as lutas que ocorrem em todo o país.

O programa de rádio Vozes da Terra, surgiu em 2000, através de uma parceria com a Universidade Católica de Santos (USISANTOS). Hoje, os programas são enviados para cerca de 500 rádios (comunitárias e comerciais) espalhadas por 16 estados brasileiros. A produção é feita por jornalistas e estudantes universitários.

Ao todo, já foram produzidos mais de 16 CDs temáticos.

A revista Sem Terra surgiu há oito anos com o objetivo de aprofundar o debate com a sociedade sobre a questão agrária, abordando temas de caráter nacional e internacional. A Revista tem periodicidade bimestral, 64 páginas e tiragem de dez mil exemplares.

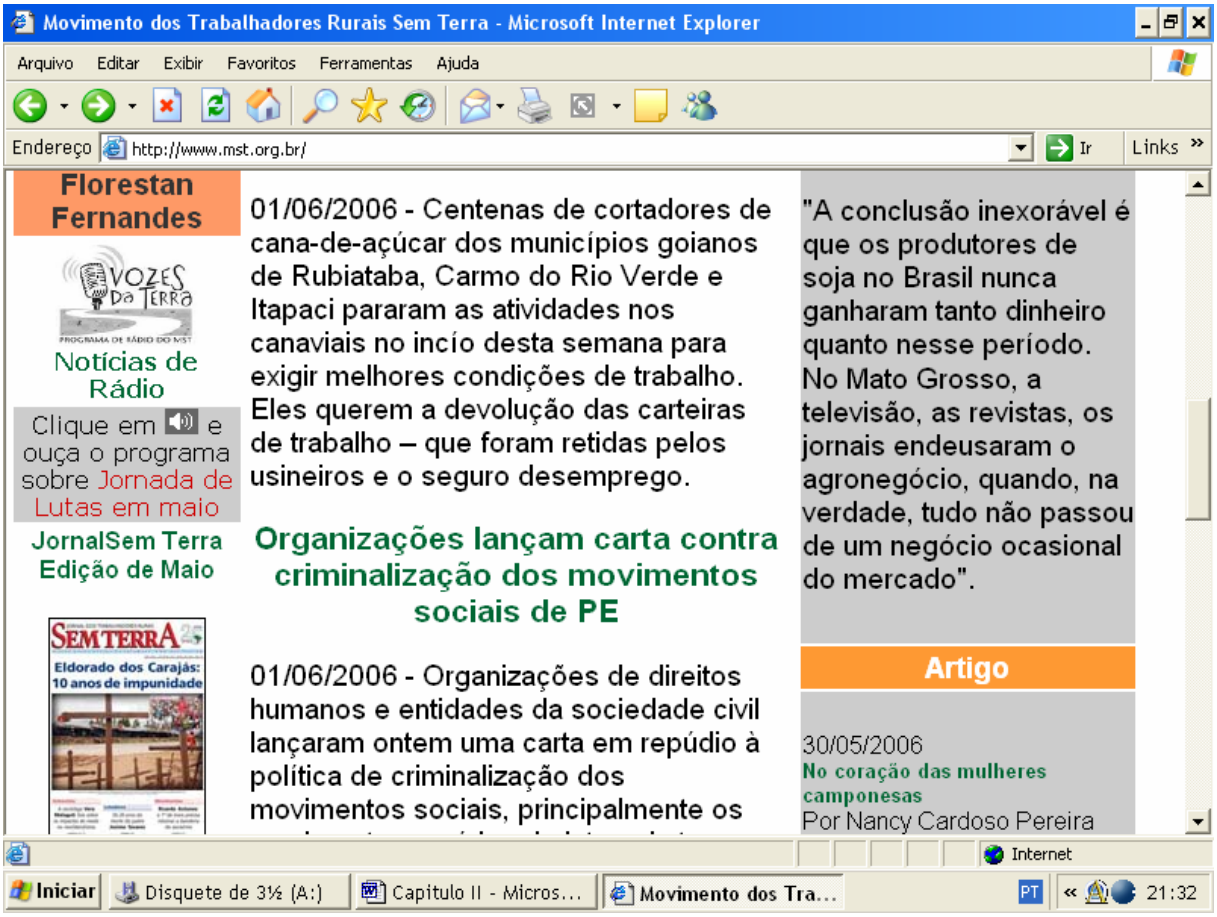

Figura 02 – Continuação da Página Inicial do *site* MST.
Fonte: www.mst.org.br

Além da página, o MST disponibiliza um boletim eletrônico distribuído para cerca de sessenta mil pessoas. Este boletim é quinzenal com todas as informações referentes ao movimento.

> *O jornal está praticamente todo disponível na Internet, a revista algumas matérias estão disponíveis, os programas de rádio antes eram distribuídos por CD e a partir da marcha nacional que nós fizemos esse ano, que durou praticamente vinte dias, nós usamos uma outra estratégia, pois achávamos que era importante ter divulgação diária da marcha, do que estava*

> *acontecendo, em que cidade estava, porque foi a principal ação do movimento esse ano, juntou doze mil marchantes. Então nós passamos a fazer programas diários de rádio e disponibilizar na Intenet para que as pessoas pudessem acompanhar, além dos boletins achamos importante que as pessoas tivessem acesso também a entrevistas, opiniões, relacionadas à marcha, a pauta de reivindicação. Ela começou dia 1º de Maio em Goiânia e chegou em Brasília no dia 16. (STÉDILE, 2005).*

A partir da marcha, o MST começou a disponibilizar o programa de rádio semanalmente pela Internet e acabou atingindo dois públicos: as próprias rádios que já utilizavam o programa, que antes recebiam o CD, e agora baixam da página, e o usuário comum da Internet que deseja informações sobre o movimento.

No entanto, manter o *site* no ar se torna uma questão difícil para o MST, pois na organização não existem pessoas especializadas para organizar a página, que conheçam o programa. Assim tal tarefa é terceirizada.

Outra dificuldade encontrada pelo MST está em relação à base social do movimento (pessoas que moram no campo) para utilizar a Internet. O acesso à energia elétrica é difícil, porém os integrantes do movimento acreditam que com o Programa Luz para Todos[5] será possível superar gradativamente essa deficiência, pois em grande parte dos assentamentos as pessoas não tinham energia elétrica, quanto menos um computador.

Nessa era da inclusão digital, a alternativa viável para aumentar a inclusão digital no meio rural foi a implantação de telecentros nos assentamentos. Assim, o MST iniciou, há dois anos, um processo de implantação dos mesmos, a partir de um convênio estabelecido com o Governo Federal via Ministério das Comunicações.

---

[5] O Governo Federal iniciou em 2004 o programa Luz para Todos que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.
O programa está orçado em R$ 9,5 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 6,8 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor. Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia.
O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.
Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Stédile (2006) é categórico em informar as vantagens da Internet para a organização:

> *O movimento tem um jornal, e nós temos um público diário na Internet que supera a tiragem mensal desse veículo. A grande vantagem da Internet para os movimentos sociais, além da questão do intercâmbio de informações, do acesso ao conteúdo, está relacionado com a praticidade e custo, porque o custo que você tem para manter uma página na Internet é relativamente baixo se você for comparar com outros veículos e o resultado em abrangência é altíssimo e isso é bastante compensador, isso facilita também para o intercâmbio nos movimentos sociais, isso permite que a gente consiga falar, se manifestar para muita gente, com um custo que não pesa para a organização (STÉDILE, 2005).*

O MST possui uma Frente Digital, localizada na cidade de São Paulo, responsável pela produção dos conteúdos para os veículos de comunicação, bem como a questão dos tele-centros, ou seja, pelo acesso a novas tecnologias pelos assentamentos e, principalmente, a questão do software livre a qual as organizações não-governamentais vêm dando ênfase, pois acreditam na socialização do conhecimento, comparam o software proprietário com a semente transgênica.

> *Os tele-centros funcionam com o software livre, a gente tem feito um processo gradual, o software proprietário é que nem a semente transgênica ele já é feito para não se reproduzir, e o software livre além dessa relação de custos de trabalho relaciona-se com a idéia da socialização do conhecimento. O que nós temos feito em nível nacional é ir mudando gradualmente porque como as pessoas têm essa rejeição estão acostumados a Windows principalmente, nós substituímos todos os programas do pacote Microsoft office por outro, ópera office, que é semelhante, software livre também que roda em Windows, depois nós fomos substituindo o Internet explorer pelo ópera, a gente usa o Linux que é mais seguro. (STÉDILE, 2005)*

Com relação às páginas em outros idiomas, as mesmas são independentes umas das outras, ficando claro pelo layout diferenciado de cada uma, pois não existe uma identidade comum entre elas. As mesmas são mantidas por grupos de apoiadores no exterior, grupos de estrangeiros e de brasileiros que moram no exterior e se organizam com grupos do movimento para divulgar a organização nos seus países, para ajudar em campanhas de solidariedade ao MST, denunciar a violação dos direitos humanos, da lentidão do processo de reforma agrária, etc. Essas páginas não reproduzem o conteúdo da página nacional, são páginas autônomas. Elas buscam informações conforme a realidade do seu país, seus interesses, a divulgação que cada grupo tem como objetivo (Figura 03)

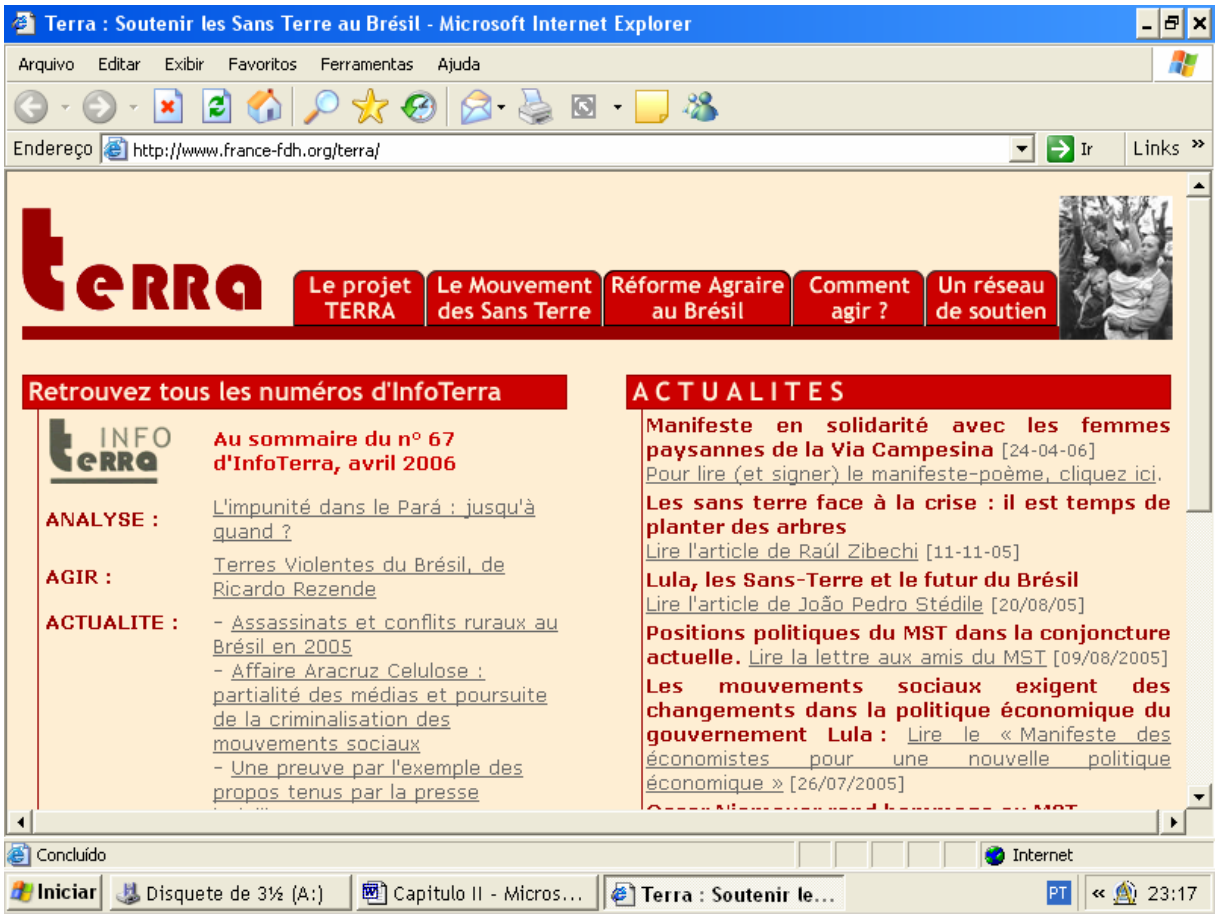

Figura 03 – Layout do *site* em Francês.
Fonte MST: www.mst.org.br

O referido entrevistado comenta que outro processo interessante que a Internet tem permitido ao movimento é a sua participação em redes de outros movimentos sociais do campo, principalmente da via campesina[6], que é a articulação internacional do movimento dos camponeses, onde há uma preocupação muito grande de intercambiar informações através da Internet.

> *O sítio internacional e nacional do MST tem a página da via campesina, onde são disponibilizados vários documentos em várias línguas para que todos os movimentos que são integrantes da via possam ter acesso em qualquer lugar através da Internet. E, além disso, a organização da via campesina na América Latina se chama CLAOC (Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas), ela tem um projeto chamado ALAI - Agência Latino Americana de Informação, onde são tomadas várias iniciativas no sentido de democratização da comunicação da informática, do*

[6]http://viacampesina.org/main_en/index.php

> *conteúdo, e onde se tem trabalhado muito com a questão da Internet. (STÉDILE, 2006).*

A ALAI durante atividades da via Campesina Internacional e nos Fóruns Social Mundial se preocupou em montar uma rede chamada Minga, que em Espanhol significa mutirão. A idéia era unir pessoas engajadas em movimentos sociais a participarem da via campesina. Esta rede está à disposição para que qualquer movimento utilize as informações organizadas pela mesma nos seus veículos de comunicação. O MST participa ativamente desta rede, escrevendo para a Minga e retirando da rede informações importantes: "geralmente o que é publicado é utilizado por outros movimentos sociais e nós também utilizamos o que a Minga produz em nossos veículos" (STÉDILE, 2006).

Observa-se que os movimentos sociais estão colocando o tema da comunicação como um dos desafios estratégicos para a ação social. A Minga Informativa de Movimentos Sociais organiza as informações dos avanços que diversas redes e coordenações sociais vêm consolidando na difusão informativa e na apropriação de novas tecnologias, através de sua participação nesta rede e em seu portal comum: www.movimientos.org.

Compreende-se que a Internet é um veículo de comunicação horizontal que o MST investe cada vez mais, pois a importância de sua utilização para a divulgação e articulação do movimento, hoje, depende desse meio de comunicação, pois esse fornece um ambiente propício para o empoderamento social do mesmo.

2.2 A Utilização da Internet pelo Centro de Apoio do Pequeno Agricultor (CAPA)

A ONG CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) nasceu com propostas alternativas de produção e de consumo no mesmo momento em que aparecem, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais (Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais).

Sua proposta se fundamentava na disseminação de práticas alternativas, econômicas e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos pacotes da modernização e os vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Além disso, havia sinais concretos da capacidade multiplicadora da sua proposta, na medida em que conquistara outras forças para a luta por uma agricultura alternativa, biológica, natural e em favor da família rural (agricultura familiar). Assim, essa ONG preocupou-se em desenvolver atividades baseadas nos princípios da agroecologia e da cooperação, viabilizando experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária. O objetivo principal dessa ONG é buscar a autonomia da agricultura familiar.

Assim, acredita-se na importância da proposta do CAPA por comprometer-se com o segmento da sociedade que se encontra excluído do processo decisório e que arca com o maior ônus. Entende-se que o compromisso que ela assume é o de viabilizar uma alternativa concreta que se contraponha à globalização capitalista, ou seja, uma outra forma de organizar a economia, centrando-a em novos valores, sendo socialmente mais justa e ecologicamente sustentável.

A origem do CAPA está diretamente ligada à história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as "colônias velhas", ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824 na Região do Vale dos Sinos.

A necessidade de expandir a fronteira agrícola criou um novo fluxo de deslocamentos para outras regiões do Estado/País e a IECLB também foi ampliando a sua área de intervenção. Primeiramente em direção às "novas colônias" e mais tarde para o Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, para onde foram empurrados os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do Sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Assim, o processo de ocupação do solo através da atividade agropecuária moldou o perfil da base social da IECLB e, até 1972, setenta dos membros se constituíam de pequenos agricultores descendentes dos colonos alemães.

No final dos anos 70 a chamada "Revolução Verde" já mostrava as conseqüências deste modelo tecnológico, entre elas, o desaparecimento de muitas espécies de seres vivos, o desgaste dos solos, a contaminação do meio ambiente e principalmente à expulsão do homem do campo.

Assim, preocupada com a significativa redução do número dos membros e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para os agricultores familiares.

Na Conferência dos Pastores Regionais, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978 é criado o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor - CAPA, iniciando as suas atividades no dia 15 de junho de 1979 na cidade de Santa Rosa/RS e atuando em uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do RS e Oeste de SC (74 municípios no RS e 38 em Santa Catarina).

O CAPA foi criado com o objetivo de orientar, viabilizar o processo de conscientização, apoiar e acompanhar os agricultores familiares através de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras, cursos práticos, ..., oferecendo novas alternativas e, também, procurar fixar o homem no meio rural.

Atualmente, o CAPA é financiado pela Evangelischer Entwicklungsdients (EED)- Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento, com sede em Bonn. É uma entidade das Igrejas Evangélicas Luteranas da Alemanha que visa o desenvolvimento auto-sustentável integral.

O trabalho dessa ONG se encontra espalhado por diferentes regiões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, beneficiando 4,5 mil famílias de agricultores, organizadas em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Ao todo, são cinco núcleos de atuação, onde equipes técnicas formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias de agricultores.

Assim, a assessoria do CAPA auxilia na organização de grupos, associações e cooperativas. Ao mesmo tempo, busca-se a integração aos movimentos sociais do

campo, que travam uma luta histórica em nosso país, reivindicando direitos como acesso a terra (Reforma Agrária) e a implantação de políticas públicas em benefício da Agricultura Familiar.

Ademais, a entidade presta apoio aos agricultores familiares organizados através de quatro programas: produção, saúde, educação e formação/ organização. Estão em prática iniciativas como feiras livres, entrepostos e cooperativas. A questão da saúde e alimentação está presente nas atividades da ONG, através de palestras, cursos, formação de promotores de saúde, participação nos conselhos municipais de saúde e orientação no uso de plantas medicinais.

A formação dos agricultores e dos técnicos, também, é uma preocupação do CAPA, pois o mesmo promove cursos, palestras, viagens, reuniões e dias de campo. A entidade dá suporte para dezenas de associações comunitárias, grupos informais e cooperativas de agricultores familiares.

A Comunicação é outra questão que a entidade procura estar sempre atenta, pois a mesma volta-se para a elaboração de materiais informativos, como: apostilas, cartilhas, livros e artigos para jornais.

Observa-se que as parcerias são fundamentais para a realização das atividades da organização, tendo esta participação na elaboração e execução de políticas públicas de desenvolvimento rural. Para isso, foram estabelecidos convênios com o Governo Estadual, Prefeituras Municipais e Escolas Públicas. No Rio Grande do Sul o CAPA tem sedes (núcleos) em Erexim, Pelotas e Santa Cruz. As sedes no Paraná são em Marechal Cândido Rondom e Verê.

O desenvolvimento do processo midiático estabelecido pela entidade deu-se a partir da discussão da necessidade da criação do *site*, com a participação de todos os agentes envolvidos com a ONG, dos cinco núcleos já citados anteriormente. A partir daí, decidiu-se que a criação do mesmo ficaria sob a responsabilidade do núcleo de Erexim.

Assim, foi contratada uma microempresa especializada nesta atividade, formada por acadêmicos do curso de Ciência da Computação da Universidade Regional Integrada - URI Campus, de Erexim. A opção pela contratação deste grupo foi devido a fácil comunicação da equipe responsável com eles e pelo preço acessível, além de que estes assumiriam a construção de um módulo que desse a

capacidade de atualização da página sem o pagamento de horas adicionais como manutenção.

Durante a fase de construção do site estabeleceu-se uma relação entre a empresa e a equipe responsável pela proposição da página, estando ambos constantemente informados do andamento da construção bem como sendo o trabalho avaliado e corrigido, se necessário. A estrutura própria de informática da entidade foi utilizada apenas na fase de avaliação do trabalho, antes do mesmo ser publicado, e na fase de conclusão e disponibilização do mesmo no servidor contratado para tal. Coube ao CAPA o registro do domínio capa.org.br e da contratação do servidor para hospedar a página, sendo que este serviço está terceirizado em um servidor remoto localizado em São Paulo (www.locaweb.com.br).[7]

Quanto às direções e coordenações da instituição, estas ficaram de forma geral na definição política do processo, não se envolvendo na construção prática do mesmo.

[7] A empresa Nixbrasil foi a responsável pela construção da página, e, de forma indireta, toda a equipe do CAPA que passa a ser um agente de avaliação quando se sente em condições de fazê-lo.

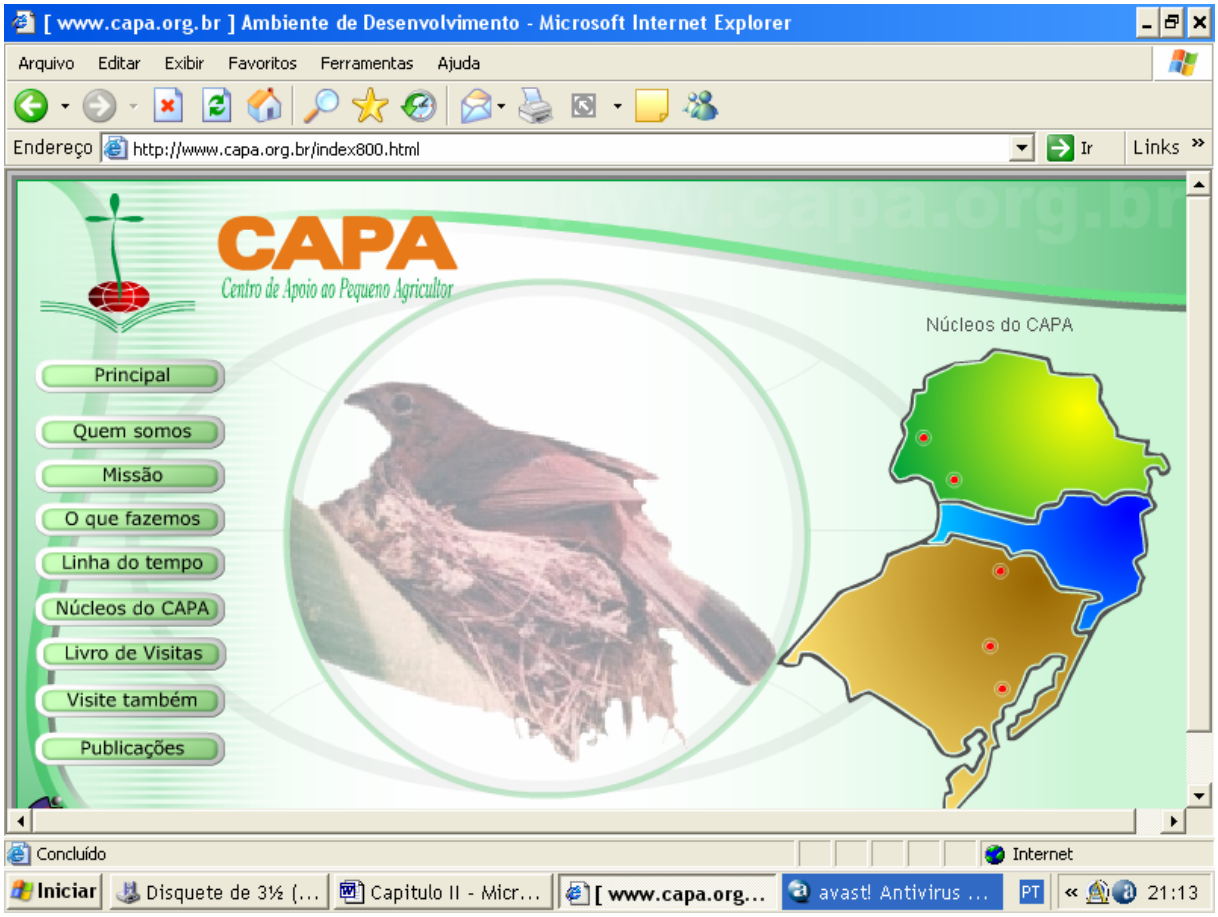

Figura 04 – Página inicial do *site* do CAPA.
Fonte: www.capa.org.br.

A página em questão é relativamente nova, encontrando-se disponível desde o primeiro semestre do ano de 2003. Possui um layout limpo, utilizando tons da cor verde, caracterizando a agroecologia. A primeira página é simples, sem informações. O menu fica na parte lateral esquerda, se mantendo fixo apenas nessa página.

O mapa que encontra-se do lado direito da página, visualiza a localização de cada núcleo da organização. Quando clicado no ponto vermelho, piscante, do mapa, abre-se uma janela com a opção de visitar o núcleo, onde aceito teremos um novo menu com as seguintes opções: histórico, programas desenvolvidos, experiências, galeria de fotos, textos, entre em contato e publicações.

Considera-se importante registrar que cada núcleo possui um jornal disponível na opção publicações. Percebe-se que difundir informações a respeito das atividades do CAPA é fundamental para que as pessoas tenham conhecimento de sua existência, conheçam suas propostas, seus objetivos e formem um julgamento sobre a ONG.

O sítio eletrônico está direcionado ao público (rural e urbano) interessado em conhecer e buscar informação sobre o trabalho, em especial a agroecologia, formação, e demais atividades. Pode ser também considerado como público - alvo pessoas e instituições interessadas em manter intercâmbio e parcerias com a organização.

A repercussão social do sítio eletrônico é avaliada através dos relatórios de monitoramento que o servidor de acesso proporciona, acompanhado pela pesquisadora no período de fevereiro a outubro de 2003 e de março de 2004 a dezembro de 2005. Observa-se, no gráfico abaixo, os acessos bem sucedidos.

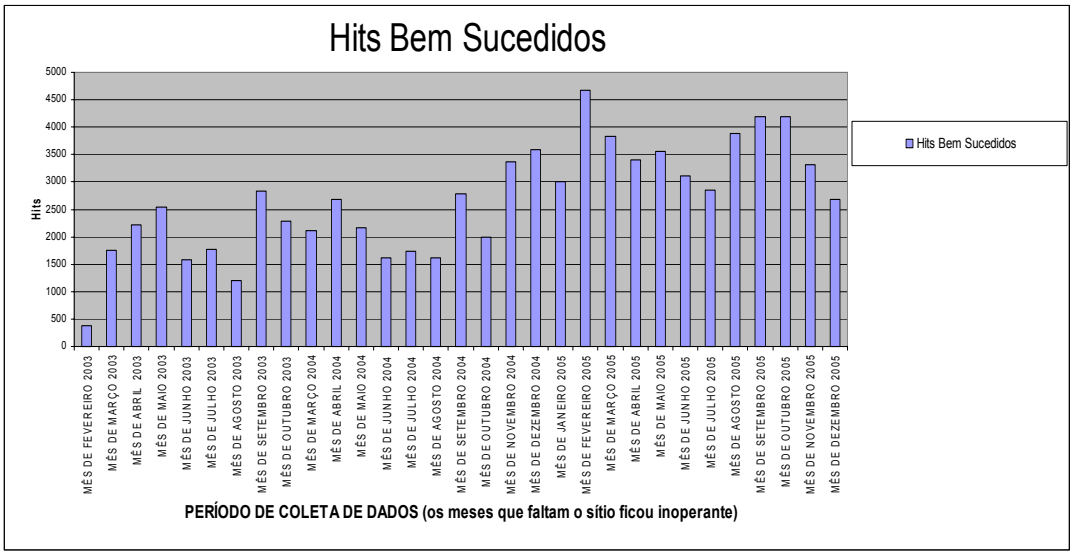

Figura 05 – Hits Bem Sucedidos
Fonte. www.capa.org.br

Assim, observa-se através do gráfico que o *site* começou timidamente, não havendo um crescimento proporcional gradativo, pois se visualiza algumas quedas nos meses de agosto/2003, junho/2004, outubro/2004, janeiro/2005, julho/2005 e dezembro/2005. Houve nesse período um total de 82.927 hits bem sucedidos, com uma média de 95 visitas diárias. A média de tempo por visitas foi de 00:11:03, o que significa que as pessoas que acessaram a página se interessaram pela mesma, esse tempo é considerado significativo, pois não foi apenas uma passagem rápida pelo *site*.

A equipe técnica percebe que a principal dificuldade reside no fato de que as coordenações dos distintos núcleos não absorveram a importância da atualização

das informações e, também, com a incorporação de mais esta atividade em seu dia-a-dia, o qual já se encontra sobrecarregado. Observa-se que estas ações não fazem parte de suas funções e atribuições natas, muito menos fizeram parte de seu currículo acadêmico aspectos como fotos digitais, sistematização de atividades para publicação, textos, etc.

Sente-se a resistência das pessoas envolvidas no processo ao não visualizarem a real importância de viabilizar permanentemente as informações para a manutenção do *site.* Assim, acredita-se ser importante um planejamento de comunicação para os distintos núcleos, de forma que estes se envolvam e sintam-se co-responsáveis com o processo midiático, percebendo que todos os envolvidos fazem parte de um processo de mediação de interesses entre atores sociais, entendendo que todos precisam trabalhar juntos para obterem progressos comuns e, também, que o *site* é um importante instrumento para auxiliar o movimento de agroecologia em seu processo de transformação da realidade.

É importante registrar que os contatos que a pesquisadora manteve com a entidade, via *e-mail*, no sítio eletrônico, obtiveram respostas no mesmo dia. A ONG sempre demonstrou muito interesse com a pesquisa em questão, fornecendo os relatórios mensais enviado pelo servidor. Observa-se, que o comprometimento dos organizadores do *site* com a questão da melhoria da página tem sido uma preocupação constante, pois está havendo uma procura maior pelas informações sobre o trabalho do CAPA, e este tem sido um veículo interessante e que está sendo acessado diariamente. A ONG está se organizando para uma melhor alimentação das informações na página, viabilizando debates nos seus cinco núcleos sobre a utilização da Internet pela sociedade em geral e a real importância das informações estarem atualizadas e acessíveis as pessoas que desejam conhecer o trabalho desenvolvido pela organização. Futuramente desejam reestruturar a página.

Percebe-se que, apesar do pouco tempo de existência do *site,* este já demonstra bons resultados e não será possível abrir mão dessa tendência natural da apropriação da Internet pela organização, pois se visualiza o importante papel da mesma como mídia de apoio ao CAPA.

Neste cenário de movimentos sociais, acredita-se que a Internet pode vir a ser nossa primeira esfera pública global; a idéia é que se torne um veículo para discutir a política, de realmente viabilizar a participação de todos.

Assim, visualiza-se que este tipo de mídia é uma alternativa importante para o empoderamento dessa ONG, considerando que a mesma representa uma excelente oportunidade para difundi-lo, pois já demonstra ser um veículo poderoso para a sociedade civil global.

2.3 Algumas Experiências Vivenciadas no Meio Rural

Há mais de um século os avanços das tecnologias da comunicação e dos transportes vêm acarretando as perdas das referências das noções de tempo e espaço. Assim, mais recentemente, com as possibilidades do tempo real que nos une à distância, a hipermídia e o ciberespaço, encontramo-nos em uma série de incertezas em que tudo muda de forma assustadora: as ciências, seus métodos e invenções; a maneira de transformar as coisas, as técnicas, o trabalho, sua organização e os elos sociais que ele supõe ou destrói; a família, a escola, as cidades, o campo,...

Nesse cenário, muda, certamente, a vida das organizações, suas formas de produzir, de comercializar, de comunicar. É toda uma conjuntura de valores, norma, formas de planejar, criar, executar e avaliar o que precisa ser repensado. Ou seja, a imanência da técnica no mundo globalizado habita-nos e pede novos posicionamentos.

No meio rural observamos algumas situações que respondem de certa maneira à indagação sobre o que fazer para o pequeno agricultor inserir-se, participar de todo esse novo mundo informatizado. Alguns episódios serão aqui registrados para visualizarmos como, na prática, o homem rural está se apropriando dessa tecnologia.

A primeira situação presenciou-se em um encontro de agroecologia, V Encontro da Rede Ecovida e do I Acampamento da Juventude Ecologista do Sul do

Brasil[8], a oferta de uma oficina, entre tantas outras oferecidas, sobre O que é softer livre?. A freqüência na mesma foi pequena, mas percebeu-se que este acontecimento num evento de tão grande porte, onde reuniu mais de 700 participantes, entre eles agricultores ecologistas, representantes de organizações não-governamentais e governamentais, profissionais das ciências agrárias, estudantes, e tantos outros, evidencia bem a preocupação que as organizações não-governamentais voltadas para a promoção do desenvolvimento rural estão tendo de aproximar o homem rural desse novo mundo informatizado.

Observou-se, também, que houve uma preocupação em divulgar o sítio eletrônico da Rede Ecovida. No salão desportivo da cidade, onde foram proferidas as palestras, foram expostos pequenos cartões com o endereço eletrônico da rede junto aos demais materiais distribuídos no evento . Percebeu-se, assim, mais uma vez, a importância que tais organizações não-governamentais estão tendo com a questão.

Outra experiência vivenciada por essa pesquisadora foi no assentamento Carlos Mariguela, situado próximo ao parque industrial de Santa Maria. Esse assentamento ilustra bem o quadro da preocupação com a apropriação digital do pequeno agricultor rural. O mesmo, pensado com a proposta da agroecologia, tem o diferencial de ser localizado próximo à área urbana o que favorece o acesso à linha telefônica e a luz. Na sede dessa organização tem um computador, onde seus assentados podem utilizá-lo. Os contatos dessa pesquisadora com o líder do mesmo, Altamir Luz, foram feitos através de e-mail, quando enviados eram respondidos diariamente, o que demonstra claramente que o uso da Internet está incorporado no dia-a-dia desse agricultor.

Gustavo Cimadevilla (2002) observa que um produtor somente haverá adotado uma nova tecnologia quando tiver incorporado o seu uso no seu cotidiano. Quando for capaz de discernir a conveniência de utilizar ou não uma ferramenta para a solução de problemas da sua atividade produtivo-comercial, estabelecendo procedimentos e estratégias, conhecendo os diferentes instrumentos que a tecnologia oferece e saber quando utilizá-los.

---

[8] Realizou-se nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2005, na cidade de Praia Grande, Santa Catarina.

Nessa era da inclusão digital o primeiro problema da apropriação digital enfrentado pelo homem do campo é o do acesso à luz, o segundo é o acesso à linha telefônica. Porém, mesmo com essas dificuldades, alternativas são encontradas para sanar tais impedimentos. Visualizamos isso no assentamento de Tapes, próximo a Porto Alegre. Esse não conseguiu instalar uma linha telefônica, pois o mesmo situa-se distante da cidade e a companhia telefônica não teve interesse em estender seus serviços. Assim, a saída encontrada pelo mesmo para poder fazer a conexão à Internet foi construir uma torre e colocar uma antena de rádio para acessá-la. Observa-se mais uma situação onde existe um real interesse do pequeno agricultor em fazer parte desse novo mundo interconectado.

A vantagem dessa apropriação da Internet pelo pequeno agricultor está em permitir uma maior integração, ou encadeamento, entre partes da organização, ou entre organizações, assentamentos, cooperativas, ONGs, por exemplo. A criação de processos de trabalho apoiados em tecnologias que atravessam as fronteiras organizacionais representa, inclusive, avanço de uma direção, de uma rearquitetura dos projetos organizacionais, que podem tornar a organização mais ágil e permitir-lhe acompanhar certas mudanças.

A questão é que toda a informação hoje está disponível na Internet, cabe a organização o acesso a ela, saber onde localizá-la e com a informação, poder muitas vezes exercer sua cidadania.

A ONG CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, reestruturou sua rotina de trabalho dentro da organização quando o assunto é rótulos para os produtos produzidos pelos agricultores, tendo a preocupação de buscar informações referentes aos mesmos em sítios eletrônicos específicos, como todas as normas, leis, resoluções, etc. Ou seja, a ONG tem o hábito de investigar as informações e as exigências solicitadas, verificando as bases legais das mesmas, fazendo com que, muitas vezes, estando municiados de informação adequada contornam e derrubam exigências de órgãos de fiscalização.

Tal prática teve início após o episódio ocorrido em Alto Bela Vista/SC com o PROCON de Concórdia/SC, que havia retirado o açúcar mascavo da COOPERFAS da prateleira do supermercado por não conter o carimbo do número de lote e validade, o que de fato, foi uma falha, sendo imediatamente corrigida com os

agricultores daquela filial. No entanto, o PROCON fez uma nova exigência com relação ao modelo do rótulo, que já estava impresso e aprovado por fiscais da vigilância sanitária, de que estavam faltando informações, no caso, os ingredientes do produto. Como o produto é único, açúcar mascavo, e não tem misturas, está previsto na legislação. Assim, a ONG buscou certificar-se de que sua informação estava correta acessando sítios eletrônicos específicos que continham tal informação. Ao contatarem novamente com o PROCON, colocaram esta informação, citando a lei e o endereço eletrônico onde a mesma poderia ser encontrada. Esta situação obrigou o PROCON a se desculpar, liberando o produto para voltar à prateleira.

Observa-se, assim, que a interface do computador perdeu seu caráter de entrada e saída de dados na relação homem-máquina, para ganhar o da multidirecionalidade. Ou seja, passa a ser a possibilidade de traduzir e articular espaços, possibilitando uma expansão infinita de sentidos. Nesta situação dos rótulos percebe-se que a navegação na Internet tornou possível o estabelecimento de vínculos e certa autonomia na condução do problema em questão, através da leitura das informações hipertextuais. Em termos comerciais para os agricultores isso significou muito, pois toda a produção teria sido prejudicada caso a organização não tivesse tido o acesso ágil à informação.

CAPÍTULO III

ABORDAGEM METODOLÓGICA E ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

A Metodologia Q foi desenvolvida em 1935 pelo físico e psicólogo inglês William Stephenson (estudante de Charles Spearman, famoso estatístico que desenvolveu a correlação r). A partir de então a Metodologia Q é conhecida, sobretudo na psicologia e nas ciências políticas, como uma forma de aproximar-se ao estudo do comportamento humano[9].

Conforme elaboração da pesquisa, as etapas da metodologia são as seguintes: I) levantamento de informações entre informantes qualificados com relação a utilização da Internet por Organizações Não Governamentais que promovam o desenvolvimento rural; II) síntese da informação recolhida, mediante a elaboração de afirmações que reproduzem o ponto de vista dos informantes qualificados; III) classificação das afirmações por uma amostra de integrantes das ONGs CAPA e MST, de acordo com a sua particular "subjetividade", IV) análise das respostas obtidas mediante o uso de um software (PCQ for windows academic edition, version 2000), com o objetivo de obter os fatores significativos; e V) interpretação dos resultados, considerações finais e estratégias futuras.

---

[9] A UFSM e seu Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, através do Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD, encontra-se entre as instituições pioneiras da região no desenvolvimento de estudos inovadores nesta área em particular.

3.1 Q e Seus antecedentes Conceituais

A metodologia (de agora em diante Q) está desenhada especialmente para estudar a subjetividade humana. A subjetividade pode ser entendida como o campo afetivo, composto pelos sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões que as pessoas desenvolvem. Estes elementos se articulam para conformar um sistema através do qual as pessoas analisam o mundo e tomam suas decisões. Roman & Apple, *apud* Alves-Mazzotti (1998), dizem que a subjetividade não pode ser identificada como o que ocorre "na cabeça das pessoas": na medida em que ela abarca a consciência humana, há que reconhecê-la como assimétrica, isto é, como sendo determinada por múltiplas relações de poder e interesses de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual. Em conseqüência, o conceito de subjetividade tem de ser discutido em relação à consciência e às relações de poder que envolvem tanto o pesquisador como os pesquisados.

Para o presente estudo, subjetividade exprime ou manifesta apenas as idéias ou preferências da própria pessoa, ou seja, consiste na forma de pensar destas pessoas, sendo esta forma de ver o mundo fruto dos sentimentos, das motivações, das atitudes, das crenças e das opiniões.

É este sistema, (sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões) o que Q quer fazer emergir para que seja visível. E é neste particular campo onde Q tem vantagens sobre os métodos tradicionais (enquetes com perguntas preestabelecidas, estudos de caso estritamente qualitativos), porque representa uma metodologia com um mínimo de intervenção de "estranhos", de forma que os riscos de afetar inconscientemente os resultados com a carga de valores desses "estranhos" se reduz.

Porque este campo do domínio afetivo é particularmente importante? O desenvolvimento das capacidades humanas para que as pessoas possam influenciar seu próprio futuro na direção que entendam mais favorável a seus interesses, representa um dos objetivos básicos do desenvolvimento sustentável hoje. É necessário que os indivíduos desenvolvam seu próprio potencial, para que os resultados dos trabalhos da extensão sejam duradouros.

Este potencial somente é alcançado através da participação e do envolvimento dos atores sociais organizados, possibilitando a alavancagem das capacidades humanas. A participação, para Freire (*apud* SILVA, 2003), é uma prática transformadora e libertadora, que leva o indivíduo a discutir, analisar e assumir atitudes sem as marcas da subordinação.

Já conforme Miranda (*apud* Silva, 2003), a participação é um processo de aquisição de poder, que é identificada por três situações principais: distribuição de poder e recursos; esforço deliberado por parte dos grupos sociais de controlar os seus destinos e melhorar suas condições de vida; e criação de oportunidades a partir de baixo, ou seja, dos próprios grupos sociais.

Esta habilidade de influenciar o andamento dos acontecimentos permitirá aos grupos a efetivação de um processo de educação participativa, o qual, com o tempo, será capaz de fazer com que deixem da posição passiva, de subalternidade, para uma posição ativa, onde eles mesmos sejam os agentes de desenvolvimento, criando a capacidade de diagnosticar e analisar seus próprios problemas, a capacidade de decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los. Além do desenvolvimento e avaliação de tais ações, isso pode ser resumido como sendo empoderamento. Este[10] já não é um meio para alcançar outros fins, é também um fim em si mesmo. Desenvolver este potencial implica em um trabalho integrado das diferentes dimensões: cognitiva (o conhecimento), psicomotriz (as habilidades) e afetiva.

Os aspectos pertencentes ao domínio cognitivo e psicomotriz são geralmente reconhecidos em sua importância, mas os aspectos afetivos são igualmente importantes. Mager (1972, p.14) assinalou que o domínio cognitivo “tem que ver com o que uma pessoa pode fazer, mas o domínio afetivo com o que vai fazer”. Em conseqüência, conhecer esse “mundo” é chave para quem trabalha com pessoas em extensão rural.

---

[10] Em inglês “empowerment”, ou “capacity building”. Por empoderamento, pode-se entender como um enfoque que procura o desenvolvimento de capacidades nas pessoas e nas organizações, o fortalecimento para que possam estar em condições de construir o futuro na forma mais apropriada a seus interesses. Termo chave relacionado é o de “capital social”. O capital social implica estas dimensões: i) a existência de um clima de confiança entre os membros de uma sociedade, ii) a riqueza do tecido social de uma sociedade e o nível de participação, iii) as atitudes em aspectos de interesse coletivo (consciência cívica) e iv) os valores predominantes.

Organizações como o FIDA assinalam que a pobreza em geral e a pobreza rural em particular deve ser concebida como um processo em que os seres humanos apresentam e desenvolvem padrões sociais e de comportamento, os quais servem de guia a suas ações e relações dentro e fora de seus lares e dentro e fora de suas comunidades. Portanto, a pobreza é também uma atitude de vida. Este aspecto está relacionado com a percepção que os agricultores pobres têm de si mesmos, frente à comunidade local, à sociedade rural e ao país em seu conjunto. Estas percepções influem na natureza dos processos produtivos e reprodutivos da família, suas estratégias de sobrevivência e suas relações com outros agricultores pobres e não pobres, com a comunidade e a trama social do mundo rural que os circunda. Conhecer o "entorno psico-emocional" do agricultor pobre, suas percepções e aspirações pessoais e familiares, influi no possível êxito ou fracasso dos programas de redução da pobreza e de desenvolvimento rural, se é que estas "visões" são ou não incorporadas no desenho e na execução de programas para populações rurais pobres (Quijandria *et alii*, 2000).

A única maneira de conhecer realmente essas visões, esse entorno psico-emocional (ou seja, a subjetividade ou domínio afetivo) vai desde o ponto de vista das pessoas as quais a extensão procura trabalhar. Ainda que isso se esteja expresso e presente na ideologia da extensão e das organizações, não passa, muitas vezes, de mero discurso. Quer dizer, se termina conhecendo as visões desde o ponto de vista externo (com métodos qualitativos ou mediante as clássicas enquetes). Q empodera as pessoas (o procedimento operativo é empoderador, as pessoas participam ativamente) para que essas visões se revelem em uma forma que é própria das pessoas e que adquire, portanto, para elas, um significado funcional relevante (Brown, 2003). As visões se desenvolvem a partir do ponto de vista das pessoas, respeitando suas próprias palavras, e nos mostram como as mesmas percebem o mundo a partir de "sua" realidade, com seus olhos, seu coração e sua mente.

Como Q torna visível esta dimensão afetiva? Aqui há uma característica essencial da metodologia. Q trata de entender o ponto de vista holístico da pessoa e como essa visão "casa" com a de outras pessoas. Neste sentido, Q é uma

metodologia de análise sistêmica, que considera a pessoa como uma totalidade e não reduz a análise a determinadas características[11].

É necessário advertir que sistemático e sistêmico[12] - adjetivos que provêm de sistema - possuem diferentes conotações (Hegedüs & Morales, 1996). Ambos apresentam em comum a valorização da perspectiva holística, quer dizer, de que as partes pertencem a uma totalidade maior e que desenvolvem mecanismos de interação entre si. Para a visão sistemática, a totalidade é igual às partes que a compõem. Podemos dizer que se pode entender o todo através das partes. Para a visão sistêmica, a totalidade é diferente das partes que a compõem (por exemplo, a molécula de água é diferente aos átomos que a compõem). Isto significa que existem propriedades emergentes, não das partes isoladas, se não da totalidade organizada (sistema) que são as que originam a diferença antes assinalada. Estas propriedades não emergem se reduzimos o todo as partes que o conformam. Portanto, não se pode entender o todo a partir das partes.

A subjetividade de um indivíduo constitui o marco de referência, através do qual os seres humanos definem e expressam seu próprio mundo. A complexidade significa que há elementos desse sistema que podem não conhecer-se e que há relações entre os mesmos que se ignoram. Adicionalmente, nenhum destes elementos podem entender-se se são considerados de forma isolada dos outros. Q permite tornar visível estes elementos e as relações que entre eles existem através da classificação ("Q sorting") que cada pessoa efetua. Não são características isoladas as que emergem, é o todo organizado, com um significado que é especifico a esse indivíduo, e que pode interpretar-se porque não é uma característica isolada a que tratamos, é o todo.

---

[11] A abordagem tradicional procura a partir de uma característica em particular predizer o comportamento do indivíduo. Por exemplo, a altura da mulher é o que determina se ela compra sapatos de salto. Assim se diria que as mulheres altas não usariam sapatos com salto.

[12] O conceito "sistêmico" se vincula com os trabalhos desenvolvidos por P. Checkland no começo da década de oitenta relacionados com os "sistemas brandos" (soft systems).

3.2 Q no Marco de uma Pesquisa

Nesta investigação utiliza-se uma abordagem que toma em conta os níveis de estratégia geral, método, técnica e instrumentos. A coerência nestes diferentes níveis marca a qualidade da avaliação.

Q se localiza no campo do paradigma qualitativo. Segundo Niremberg, *et alii* (2000, p.82) a pesquisa qualitativa se caracteriza, entre outros, por privilegiar: "o entender (mais que o explicar); o ponto de vista dos atores (mais que o dos avaliadores); e a captação e compreensão de atitudes, condutas, valores e motivações internas (mais que os aspectos "objetivos", observáveis, facilmente medíveis)".

Para Baeta Neves *et al* (1998), a pesquisa qualitativa tem como objetivo a compreensão e a reconstrução da realidade social, especialmente a reconstituição dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações sociais e a reconstituição de estruturas de ação.

Deixa-se explicita esta vinculação aos efeitos de entender a lógica geral de Q. Isto não significa que ele adere a um paradigma em particular (o qualitativo) por considerá-lo superior (ao quantitativo). O debate entre pesquisa qualitativa e quantitativa está superado na atualidade. Métodos quantitativos e qualitativos não são mais vistos como procedimentos de investigação excludentes, mas como alternativas que se complementam no campo da pesquisa social empírica (Baeta Neves *et al*, 1998).

Demo (2001, p.7), completa:

> *Falando de uma pesquisa quantitativa ele diz que esta deixa de fora o que seria mais relevante a saber, a qualidade do engajamento associativo. Mesmo assim podemos farejar nas entre linhas das quantidades, respingos qualitativos. Na quantidade pode-se perceber qualidade, porque uma não contradiz a outra, mas dela faz parte. Levantamentos empíricos não precisam ser empiristas. Seriam empiristas se admitissem que a realidade toda poderia ser reduzida a suas faces mensuráveis. A metodologia clássica tende a preferir o que é mensurável na realidade, por conta do apego formalizante, mas hoje é facilmente reconhecido que este reducionismo é profundamente deturpante, bem como não é possível captar a qualidade sem recursos quantitativos.*

No entanto, a integração se faz tradicionalmente utilizando diferentes métodos e técnicas em uma pesquisa (exemplo, enquete e estudo de caso). Aqui é em Q mesmo que se integram ambas tradições, atuando Q como uma ponte que une o melhor de ambas tradições.

O método de pesquisa ao qual se associa Q é o Estudo de Caso, o qual é preferentemente utilizado dentro da estratégia qualitativa. EC é um método que permite que se obtenha grande quantidade de informações de um único caso (Roese, 1998). Para Yin *apud* Roese (1998), o estudo de caso procuraria responder questões do tipo como e por que, ou seja, o investigador já tem uma boa idéia geral do que está acontecendo, ele já sabe quais decisões são tomadas e quer saber como e por que elas são tomadas. As amostras Q de pessoas são amostras de pequeno tamanho. A seleção de pessoas se realiza por motivos teóricos (as pessoas são eleitas porque podem aportar valiosa informação) ou por razões de conveniência (porque estão em fácil disposição da equipe avaliadora). Segundo Yin (1992), EC é um método adequado para fazer pesquisa devido a que permite: ter em conta o contexto; utilizar informação qualitativa ou quantitativa; avaliar resultados, tanto esperados como não esperados, e também o processo; formar novas hipóteses e desenvolver novas idéias generalizáveis a campos científicos do conhecimento.

A técnica para coletar a informação e fazer a análise é o que denominamos metodologia Q. Devido ao fato de que este nome já está generalizado na literatura será mantido seu uso. Sem dúvida, cremos que Q é muito mais que uma metodologia ou uma técnica para coletar informações e analisá-las, é uma maneira de investigar o mundo que nos rodeia, uma maneira que denominamos “sistêmica”.

Existe a tendência de crer que EC descansa exclusivamente em técnicas qualitativas para coletar e analisar a informação (Yin, 1989). Em Q, a coleta de informações tem um caráter qualitativo; a análise da mesma é quantitativa. Implica análise fatorial mediante um software especialmente desenvolvido (PCQ for windows, versão 2000). Esta combinação inovadora é o que dá a Q uma excelência para analisar as subjetividades que existem no estudo de todo tipo de situações onde haja pessoas interagindo.

As técnicas requerem instrumentos adequados para sua instrumentação operativa. Os instrumentos que Q emprega para coletar as informações são: i) pauta de perguntas para informantes qualificados para desenvolver o universo de idéias em relação ao objetivo da pesquisa ("concourse"), ii) elaboração de afirmações ("statements") em formato de tarjetas, e iii) grade para anotar respostas. Explicaremos estes termos no ponto seguinte.

3.3 Passos para aplicar Q

Passo 1: ter uma situação apropriada para aplicar Q. Isto significa situações relacionadas ao campo do domínio afetivo dos indivíduos, para entender de maneira única (quer dizer, desde o ponto de vista delas mesmas, em forma sistêmica e intrínseca ao indivíduo mesmo) a natureza dos fenômenos que se está avaliando. Por exemplo, a utilização da Internet por ONGs que promovam o desenvolvimento rural auxilia o dia-a-dia do pequeno produtor rural? Porque as mulheres não estão participando de um determinado projeto? O trabalho de fortalecimento está desenvolvendo as mudanças de atitude requeridas? As pessoas estão se empoderando? De que forma estão se empoderando? Que expectativas possui a população do projeto? Quais são os principais problemas que vocês enfrentam? etc. Na realidade, não existem situações humanas onde não há subjetividade intervindo e, portanto, Q é aplicável para fazer "emergir" estas subjetividades.

Q permite caracterizar e avaliar os processos gerados pela extensão. Estes processos são determinantes para alcançar os objetivos da extensão. Os mesmos se localizam no campo psico-social e representam mudanças de atitudes, que conduzem ao desenvolvimento de novas aspirações de utilizar as oportunidades e situações brindadas pelo projeto.

Q não é apropriado para situações do tipo: qual tem sido o nível de adoção de tecnologia na população objetivo do projeto? Obviamente, Q é muito apropriado para entender porque as ONGs estão incentivando o uso do sofware livre? Por que elas estão utilizando a Internet? Ao saber isto, podemos entender que estratégias de trabalho são positivas e quais não.

Q permite saltar-se da lógica qualitativa à lógica quantitativa. Esta é a excelência de Q, pois ao integrar ambas perspectivas teremos flexibilidade para adequarmos as diferentes situações. A análise fatorial permite estabelecer para cada fator obtido o que se denomina aspectos característicos, que identificam especialmente a esse fator. Podemos assim, extrapolar à população maior e, mediante, uma enquete com amostra aleatória, identificar na população a importância de cada fator. Desta forma, os resultados se generalizam e servem para efetuar avaliações de diferentes tipos (antes para predizer, durante para ver como transcorre o projeto e quais são seus efeitos e, depois que terminou, para saber o impacto).

Q é apropriado para fazer avaliações longitudinais, quer dizer, comparações ao longo do tempo. Neste sentido, se pode utilizar a amostra Q de afirmações (conforme descrito no passo 4), administrada em diferentes momentos, à mesma amostra Q de pessoas. Q também permite fazer outras comparações úteis aos efeitos de uma avaliação (em definitivo avaliar é comparar): i) utilizar a mesma amostra Q de afirmações para diferentes amostras Q de pessoas (também em diferentes momentos), e ii) utilizar diferentes amostras Q de afirmações para diferentes amostras Q de pessoas (também em diferentes momentos). Obviamente, neste último caso, as diferentes amostras Q de afirmações se relacionam com o objetivo da avaliação.

Passo 2: realizar um conjunto de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, aplicando uma pauta de perguntas, a informantes qualificados. A pauta de perguntas está diretamente vinculada aos objetivos da avaliação. Por exemplo: i) Qual a importância da utilização da Internet pelas ONGs que promovem o desenvolvimento rural? ii) Como as ONGs estão utilizando a Internet? etc. As entrevistas preferentemente são gravadas. O objetivo é construir o universo de idéias. A quantidade de entrevistas a ser realizada está entre 6 e 10 dependendo da situação. É fundamental incorporar as diferentes visões existentes, pessoas e/ou instituições. A duração de cada entrevista é de aproximadamente uma hora.

Passo 3: Das respostas obtidas se elabora o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação, o qual se define como a “população de idéias, crenças, pensamentos” que existem em relação ao objetivo da avaliação. Inclui também informações já existentes (de caráter secundário) como livros, artigos, vídeos,

imagens de satélites, fotos, desenhos, etc. Podemos utilizar também somente informações já existentes para fazer Q. Além disso, qualquer objeto que culturalmente tenha um significado para a população pode ser utilizado, não somente textos escritos.

Obtido o universo de idéias necessita-se entendê-lo e por isso é necessário analisar toda a informação e entender sua lógica, quer dizer, buscar um ordenamento que nos ofereça uma rápida "foto instantânea", mas não necessariamente completa, que nos ajude a interpretar o fenômeno a avaliar. Para isso, se utiliza uma matriz (por exemplo, de 2 por 2).

Passo 4: A partir do universo de idéias elaborado, se extrai uma amostra dirigida de afirmações. Uma afirmação é uma sentença que expressa uma idéia, um pensamento, que está relacionada com o objetivo da avaliação. Esta seleção de afirmações, se bem que importante, não tem efeitos na análise fatorial e posterior interpretação. O significado que tentamos encontrar mediante Q não reside nas afirmações em si mesmo, se não na maneira como as pessoas classificam essas afirmações e as vinculam entre si (Stephenson, 1963). Esta é uma característica da análise sistêmica.

É importante que a amostra Q de afirmações seja manejável em termos de tamanho, pois é difícil e toma tempo para quem responde, distinguir entre mais de 100 afirmações (Brown, 1980). As amostras tendem a tomar um valor entre 30 e 60, com o número exato em função do universo de idéias desenhado. Mais de 60 afirmações resultam difíceis de aplicar no caso de populações rurais, ainda mais se são agricultores familiares ou trabalhadores rurais. A clareza das afirmações também é importante, sobretudo para entrevistados de zonas rurais, que podem ter dificuldades com um código escrito que não seja familiar. Neste caso podem utilizar, como já foi dito, desenhos e outras expressões gráficas, e igualmente se procura respeitar o máximo possível as palavras reais utilizadas pelos informantes qualificados.

A amostra Q de afirmações também deve ser balanceada. O balanço precisa oportunizar que o respondente tenha igual oportunidade de reagir positiva ou negativamente às afirmações (Stephenson, 1953). Assim, dentro de cada uma das células da matriz da figura 1, há quatro afirmações eleitas para refletir uma

aproximação positiva e quatro para refletir negativamente essa aproximação. Deve-se cuidar para não utilizar antônimos (exemplo: alto, baixo), dado que estes aportam pouco aos efeitos de fazer emergir a subjetividade que se pretende analisar. As afirmações são numeradas de forma aleatória.

Passo 5: se elege uma amostra dirigida de indivíduos (amostra Q de pessoas), as quais se aplica o conjunto de afirmações (como se fosse um maço de cartas que são colocadas ao azar em uma mesa), para que os mesmos as classifiquem de acordo com a sua importância, o que se denomina classificação Q, ou "q sorting". As tarjetas com as quais a pessoa está em maior acordo devem ser colocadas no extremo positivo (+4). As tarjetas com as quais a pessoa está em menor acordo deve ser colocadas no extremo negativo (-4). No meio são colocadas as tarjetas "neutras". Isto constitui também uma entrevista semi-estruturada, com duração de aproximadamente uma hora, mas pode estender-se até 90 minutos.

As afirmações (escritas em tarjetas individuais) são colocadas em uma grade que se aproxima a uma distribuição quase normal (ver figura 2). Quer dizer, é anotado o número da tarjeta em cada célula. É necessário preencher todas as células sem repetições. Neste exemplo, há 32 afirmações e 32 células na grade. A distribuição que se obtêm é mais platicúrtica que uma distribuição normal, mas igualmente mantêm as formas e propriedades de simetria. A idéia é obrigar a pessoa a definir-se em seu pensamento através dos extremos positivos e negativos. O número de 32 células por grade não é fixo, depende do universo de idéias obtido.

A pessoa que administra Q (o entrevistador) pode orientar o entrevistado, explicar em que consiste a classificação que a pessoa deve fazer e dar as instruções a respeito, mas também pode orientar para que a pessoa inicie, se visualizar que a mesma tem dificuldades. Como por exemplo, pode dizer-lhe que forme primeiro 3 grupos de tarjetas: com as que está de acordo; em desacordo; e as que são neutras. Essa orientação é suficiente para que se possa efetuar a classificação Q.

A experiência de ver como as pessoas classificam Q é também única, por isso dizemos que tem um caráter empoderador. As afirmações são "trabalhadas" pelas pessoas e são ordenadas até que todas "encaixem", de um modo que tem sua lógica na visão de conjunto (considerando todas as tarjetas). Este tipo de experiência reproduz como pensamos; arranjos que não eram visíveis anteriormente

aparecem de repente revelados, provocando nas pessoas a íntima satisfação de saber que estão compreendendo melhor algo que já sabiam ou algo que seja novo para elas.

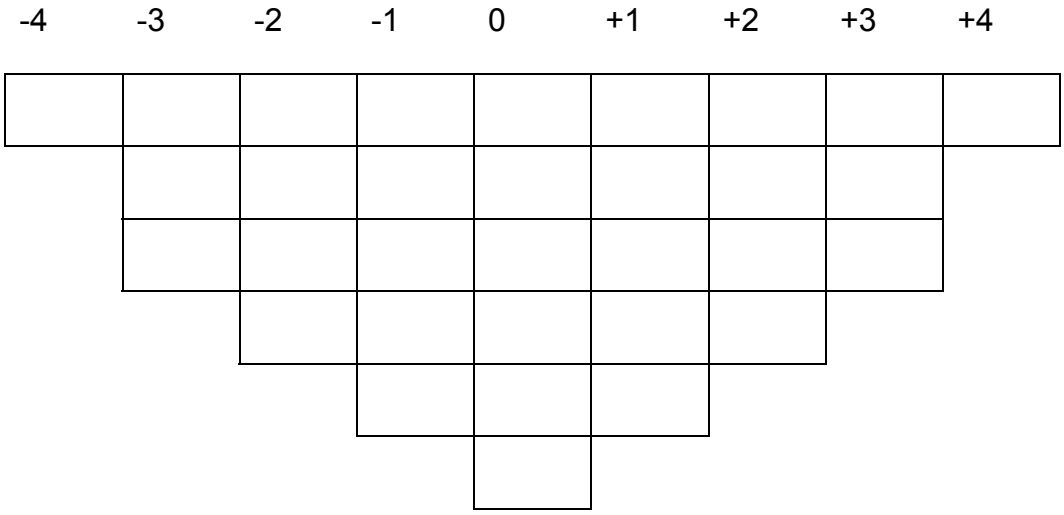

Figura 07 - Grade de classificação Q.

Os entrevistados não somente realizam a classificação Q, anotando nas células de cada grade o número da tarjeta elegida, mas também respondem um número reduzido de perguntas claras, que ajudam a interpretar os dados. Não mais de 4 ou 5 perguntas como seu nome (optativo), local, e 3 perguntas sobre sua situação sócio-econômica-tecnológica.

Passo 6: As respostas obtidas são analisadas com o procedimento estatístico denominado Análise Fatorial. Utiliza-se um programa de informática especial denominado PCQ for windows, versão 2000.

Um fator é um "cluster" (conjunto) de pessoas cujas classificações Q de afirmações são similares. Quer dizer, possuem opiniões iguais. Cada fator representa um diferente tipo de opinião em relação ao objeto de avaliação. O programa PCQ[13] trabalha com matrizes de correlações e ainda que seja um número

[13] O avanço da informática e dos pacotes estatísticos é o que permitiu "redescobrir" as potencialidades de Q.

grande de matrizes (até 120 classificações Q podem entrar), o programa é rápido para “extrair” os fatores originais.

Sobre estes fatores originais, o estatístico aplica o que se denomina “rotação” desses fatores. Uma das formas de efetuar a rotação é mediante critérios que sejam relevantes para a avaliação (“judgemental rotation[14]”), por exemplo, utilizar o tipo de ator como critério). O estatístico analisa os efeitos da rotação que desenvolve na tela, onde os fatores aparecem como vetores. Em particular, observa que as pessoas que “caem” em um fator não estejam presentes em outros fatores. Isto é o que vai permitir a interpretação dos resultados.

Aos efeitos de que cada fator possa emergir, é necessário administrar Q a aproximadamente 8 pessoas, o que indica que a amostra Q de pessoas seja composta de aproximadamente 30 pessoas (Fairweather, 2001). Não tem sentido administrar Q a mais pessoas, já que os resultados finais não se modificam substancialmente.

A percentagem de pessoas que “caem” nos 3-4 fatores, em relação ao total da amostra Q de pessoas, é variável, normalmente 60% das pessoas estão em algum dos fatores assinalados. O resto não aparece por ter correlações baixas ou ter altas correlações com mais de um fator (cada pessoa deve pertencer a somente um fator). Este remanescente de pessoas que não se agrupam é outra afirmação do caráter sistêmico de Q[15].

Não deve analisar-se o número de pessoas que caem em cada fator como indicador de algo. Por exemplo, se são somente 2 pessoas sobre 30, dizer que esse fator está “mal calculado”. É importante saber a correlação das pessoas com o fator (“factor loading”). Se for baixa, então esse fator é “débil”, não é “estável”, e pode suceder que com um número maior de entrevistas desapareça ou se transforme em outro. Um fator estável significa que ainda que haja maior número classificações Q não vai mudar a estrutura do fator (ou conjunto de afirmações).

---

[14] A outra possibilidade é efetuar o que se denomina “varimax rotation”.

[15] O enfoque sistêmico implica uma atitude de humildade. O sistema desenvolvido é o melhor possível para a situação dada. Mas sabemos que há elementos que podem faltar e que há relações que todavia não compreendemos bem. Portanto, é natural que haja pessoas que não se sintam representadas nos fatores. Uma sorveteria pode ter 10 sabores ou 30 para oferecer. Sempre há pessoas que não encontram o sabor buscado, ou que ao prová-los, não era o que queriam.

Passo 7: na continuação e em base aos resultados obtidos se realiza a interpretação. Aa mesma pode ser em dois grandes planos: em relação com os objetivos do estudo e/ou em relação com teorias que ajudem a entender e explicar melhor os resultados (Russ-Eft & Preskill, 2001). Para uma sistematização, onde se procura integrar os conhecimentos novos aos grandes corpos científicos, este último aspecto adquire grande importância.

No processo de interpretação toma-se em conta:

- A informação que provêm das 4 ou 5 perguntas que contêm cada grade; as mesmas estão relacionadas com alguma hipótese prévia (por exemplo, tamanho da propriedade pode afetar o nível de participação, nível de escolaridade, etc.).

- A informação que provêm da "saída" do programa, em essência é: i) lista de fatores e pessoas que caem em cada fator (com as correlações de cada pessoa com respeito ao fator), e ii) para cada fator qual é o conjunto de afirmações que o compõem, ou seja, o perfil médio de opinião que resume e caracteriza esse fator ("model Q-sort", ou "factor array" ou "composite statement array"), com as pontuações recebidas (de +4 a – 4, por exemplo).

- A informação que provêm de novas entrevistas que se efetuam com algumas das pessoas que realizaram a classificação Q, quer dizer que estão na amostra Q de pessoas.

Basicamente, a interpretação em Q (a que provêm das saídas do programa) se efetua comparando cada fator: i) Quais são as afirmações extremas que definem ambos extremos, e ii) quais são as afirmações que distinguem dos fatores restantes. Q permite saber para as afirmações extremas de cada fator como são consideradas pelo resto dos fatores, quer dizer, que pontuações recebem. Ao analisar em conjunto toda esta informação se obtêm a interpretação Q. Sem dúvida, não termina aqui o trabalho de avaliação.

Deve-se considerar a última fonte de informação, onde há que se levar em conta as opiniões das pessoas que efetuaram a classificação Q. Desta forma fecha-se o ciclo: partimos da realidade entrevistando as pessoas para construir o universo de idéias e voltamos a elas de forma coerente para que nos ajudem na interpretação. Por isso, opinamos que esta é uma verdadeira avaliação participativa, no sentido que é a população objetivo do projeto que determina o curso da

avaliação. Aqui a equipe avaliadora (se considera um especialista em Avaliação de Projetos de Extensão Rural e um especialista em Estatística para Ciências Sociais) realmente facilita o processo, não o condiciona. Dizemos, por isso, que em Q, há um mínimo de intervenção de "expertos".

Q permite reduzir a "subjetividade" na interpretação. O marco orientador que proporciona a análise fatorial facilita enormemente o trabalho de interpretação e esta é outra característica saliente de Q, em comparação com as abordagens tradicionais.

Finalmente, se procede a colocação de nomes aos fatores. O programa designa os fatores com letras, A, B, C, D, etc. Finalizada a interpretação, e em função dos objetivos da pesquisa, os fatores recebem nomes (exemplo, favoráveis à Internet e não favoráveis à Internet).

3.4 A Coleta de Dados

As afirmações foram extraídas a partir do passo 2, onde foi realizado um conjunto de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, aplicando uma pauta de perguntas, a informantes qualificados, que foram: uma professora do Curso de Comunicação Social da UFRG, um professor do Curso de Comunicação Social da UNINSINOS, um líder do Assentamento Carlos Mariguela, um representante do CAPA Erexim, um representante do MST/RS, um representante da ONG ASSESOAR,[16] dois representantes de ONGs que trabalham com a agroecologia (pertencentes a Rede Ecovida).[17]

A partir daí foi construído o universo de idéias, ou seja, foi incorporada a diferente visão existente de pessoas que estavam envolvidas com os movimentos sociais no campo e que visassem o desenvolvimento rural.

---

[16] www.assesoar.org.br

[17] Para conhecer a Rede Ecovida acessar o *site* www.ecovida.org.br Esta página foi toda concebida e desenvolvida em Software Livre, sua alimentação é feita em rede, ou seja, por um grupo de pessoas, representantes dos 21 Núcleos Regionais da Rede Ecovida, que dedicam algumas horas por mês para atualizá-lo.

O passo 5, onde se elegeu uma amostra dirigida, foi realizado com 32 indivíduos integrantes da ONG do Movimento Sem-Terra (MST), na sede em Porto Alegre / RS, e integrantes da ONG Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor(CAPA), nos núcleos de Erechim / RS e Santa Cruz do Sul /RS, no período de novembro de 2005 a fevereiro de 2006. A escolha por essas duas ONGs foi por já conhecer o trabalho que desenvolvem, ambas procuram práticas e alternativas para o homem rural, pois a pesquisadora já havia feito contatos anteriormente, nessas seus integrantes tinham mostrado interesse pela pesquisa mostrando-se receptivos para a realização da mesma. Assim, foram apresentadas 32 afirmações para serem valoradas na Grade de Classificação Q.

As afirmações são:

1) A utilização da Internet pelas organizações promove a intermediação entre o mundo do agricultor com outros mundos.

2) A sistematização da utilização da Internet no cotidiano das organizações qualifica os agentes envolvidos.

3) A Internet é um veículo de comunicação eficiente para ser usado devido a sua abrangência.

4) O principal atrativo da Internet é a informação atualizada de qualquer parte do mundo.

5) A Internet quebrou as barreiras de distâncias geográficas, criou uma nova dimensão do mundo.

6) Apesar do computador ser um bem caro, o acesso a Internet é econômico e ágil.

7) A velocidade do contato com os destinatários é a grande vantagem que a rede de computadores apresenta.

8) A possibilidade de exibir imagens fixas e em movimento ampliam as vantagens na comunicação, especialmente quando se trata de mostrar exemplos, uma característica do trabalho educativo com agricultores.

9) A rede de computadores, através do intercâmbio de informações, facilita o trabalho das organizações beneficiando o pequeno produtor rural.

10) Você ligará o seu computador na tomada e se conectará com computadores em qualquer lugar do mundo e pagará pelo uso assim como água e luz, então a Internet se tornará um serviço de utilidade pública.

11) A Internet facilita a comunicação com o agricultor, desde que o mesmo tenha acesso.

12) O benefício maior da Internet é na área da pesquisa, pois se busca informações para beneficiar o dia-a-dia do campo.

13) A questão da visibilidade das organizações através da Internet é importante tanto na elaboração e apresentação de projetos, quanto na divulgação dos trabalhos e das idéias que defendem. Este veículo possibilita disponibilizar as experiências das organizações através da página, o que propicia que outros as acessem, sejam agricultores, consumidores ou entidades.

14) O principal benefício da Internet é a rapidez da informação, com baixo custo e de forma sistematizada, pois tem algumas informações que já estão ali acessíveis, que ainda vão demorar a chegar via órgãos de pesquisa ou outros órgãos oficiais ou não.

15) A alternativa da Internet facilita a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido pela organização, viabilizando uma melhor comunicação nas entidades.

16) A grande maioria dos agricultores tem dificuldades para acessar a Internet, por questões financeiras e de infra-estrutura (falta de luz, equipamentos).

17) A maioria das pessoas tem dificuldades em acessar a Internet por faltar habilidades, tendo que aprender mais como utilizá-la.

18) A utilização da Internet pelo homem do campo de forma coletiva, organizada em grupo, facilita o processo de apropriação das informações que beneficiarão a comunidade em questão.

19) A página das ONGS tem poucas informações que interessam a vida prática do campo. As organizações que trabalham com o pequeno produtor rural devem investigar o que realmente o interessa.

20) As páginas das ONGS são acessadas por navegadores simpáticos às causas das mesmas, que estão fora dos limites dos beneficiários imediatos dos trabalhos empreendidos pelas organizações.

21) Faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da Internet no meio rural (como a conexão).

22) Hoje para buscar informações na Internet temos que entrar com palavras - chaves, mas nunca as nossas dúvidas são formuladas como palavra - chave, nós queremos fazer perguntas a Internet e isso é muito complicado. A tecnologia que nós precisamos é uma tecnologia de autonomia para buscas.

23) A Internet hoje possui informações que podem ser facilmente acessadas.

24) O homem do campo sabe o que é a Internet, aqueles que não a acessam, pelo menos já ouviram alguma notícia, no rádio ou na televisão, sobre o assunto. Observa –se iniciativas de utilização desse veículo pelo pequeno produtor rural.

25) Temos presente que na área rural talvez seja onde a informatização está mais distante. O acesso a Internet nesse meio é via entidades.

26) O mundo rural teria que saber qual é a dimensão dessa rede de computadores, ver quais as suas possibilidades e o que poderia conseguir com ela.

27) Observa-se a importância de viabilizar políticas públicas de Inclusão Digital para o mundo rural, como a implantação de telecentros nas comunidades rurais ou, pelo menos, mais próximo possível delas.

28) Cada vez mais é necessário o domínio da informática como um todo pelos agricultores, é uma tecnologia que não pode ficar inacessível para eles. Devemos, assim pensar em formas para, no futuro, contribuir um pouco para este processo.

29) O que ainda se busca para o campo não é a Internet e sim os programas via televisão que tem uma abrangência bastante boa, pois a maioria dos produtores rurais tem esse bem. Hoje, a melhor forma de abrangência, na comunidade rural, além do rádio que é mais antigo, é via televisão. Apenas agora está chegando o telefone. Então a Internet é mais um luxo do que o próprio telefone.

30) A utilização de Internet depende que as pessoas aprendam a utilizar as ferramentas. Nota-se, então, a necessidade de proporcionar aos interessados treinamentos e capacitações.

31) O primeiro passo para se poder pensar em incentivar o uso da Internet pelo pequeno agricultor seria viabilizar a infra-estrutura necessária para o seu acesso.

32) O software proprietário é que nem a semente transgênica, ele é feito para não se reproduzir, e o software livre, além da relação de baixo custo, tem a idéia da socialização do conhecimento. Assim, observa-se a importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural.

3.5 Análise Fatorial

A Análise Fatorial gerou quatro fatores, que representam vinte e três indivíduos, sobre um total de trinta e dois. Este número está de acordo com a teoria proposta, pois os demais indivíduos que não estão em nenhum fator é porque têm relações muito baixas com os fatores ou, então, tem relações com muitos fatores.

3.5.1 Fator A – Internet – Organizações

Nove indivíduos compõem esse fator.

4	**3**		**-4**	**-3**
15	**1**		**17**	**14**
32	**8**		**22**	**20**
	3			**21**

As seguintes afirmações receberam índice **+4:**

15) A alternativa da Internet facilita a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido pela organização, viabilizando uma melhor comunicação nas entidades.

32) O software proprietário é que nem a semente transgênica, ele é feito para não se reproduzir, e o software livre, além da relação de baixo custo, tem a idéia da

socialização do conhecimento. Assim, observa-se a importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural.

Os seguintes resultados receberam índice **+3:**

1) A utilização da Internet pelas organizações promove a intermediação entre o mundo do agricultor com outros mundos.

8) A possibilidade de exibir imagens fixas e em movimento ampliam as vantagens na comunicação, especialmente quando se trata de mostrar exemplos, uma característica do trabalho educativo com agricultores.

3) A Internet é um veículo de comunicação eficiente para ser usado devido a sua abrangência.

Os seguintes resultados receberam índice **–4:**

17) A maioria das pessoas tem dificuldades em acessar a Internet por faltar habilidades, tendo que aprender mais como utilizá-la.

22) Hoje para buscar informações na Internet temos que entrar com palavras - chaves, mas nunca as nossas dúvidas são formuladas como palavra-chave, nós queremos fazer perguntas a Internet e isso é muito complicado. A tecnologia que nós precisamos é uma tecnologia de autonomia para buscas.

Os seguintes resultados receberam índice **–3:**

14) O principal benefício da Internet é a rapidez da informação, com baixo custo e de forma sistematizada, pois tem algumas informações que já estão ali acessíveis, que ainda vão demorar a chegar via órgãos de pesquisa ou outros órgãos oficiais ou não.

20) As páginas das ONGS são acessadas por navegadores simpáticos às causas das mesmas, que estão fora dos limites dos beneficiários imediatos dos trabalhos empreendidos pelas organizações.

21) Faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da Internet no meio rural (como a conexão).

Idéia Central:

Este fator é a favor da Internet enfocando as organizações e o papel que podem cumprir mais do que o pequeno produtor como indivíduo.

Os indivíduos acreditam que a Internet facilita a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido pela organização, viabilizando uma melhor comunicação nas entidades. Concordam que o mesmo é um veículo de comunicação eficiente para ser usado devido a sua abrangência. A utilização da Internet pelas organizações promove a intermediação entre o mundo do agricultor com outros mundos.

Observam que a possibilidade de exibir imagens fixas e em movimento ampliam as vantagens na comunicação, especialmente quando se trata de mostrar exemplos, uma característica do trabalho educativo com agricultores.

3.5.2 Fator B – Internet - Indivíduos

Dez indivíduos compõem esse fator.

4	**3**		**-4**	**-3**
31	**13**		**17**	**5**
32	**25**		**22**	**6**
	27			**12**

As seguintes afirmações receberam índice **+4:**

31) O primeiro passo para se poder pensar em incentivar o uso da Internet pelo pequeno agricultor seria viabilizar a infra-estrutura necessária para o seu acesso.

32) O software proprietário é que nem a semente transgênica, ele é feito para não se reproduzir, e o software livre, além da relação de baixo custo, tem a idéia da socialização do conhecimento. Assim, observa-se a importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural.

Os seguintes resultados receberam índice **+3:**

13) A questão da visibilidade das organizações através da Internet é importante tanto na elaboração e apresentação de projetos, quanto na divulgação dos trabalhos e das idéias que defendem. Este veículo possibilita disponibilizar as experiências das organizações através da página, o que propicia que outros as acessem, sejam agricultores, consumidores ou entidades.

25) Temos presente que na área rural talvez seja onde a informatização está mais distante. O acesso a Internet nesse meio é via entidades.

27) Observa-se a importância de viabilizar políticas públicas de Inclusão Digital para o mundo rural, como a implantação de telecentros nas comunidades rurais ou, pelo menos, mais próximo possível delas.

Os seguintes resultados receberam índice **–4:**

17) A maioria das pessoas tem dificuldades em acessar a Internet por faltar habilidades, tendo que aprender mais como utilizá-la.

22) Hoje para buscar informações na Internet temos que entrar com palavras - chaves, mas nunca as nossas dúvidas são formuladas como palavra-chave, nós queremos fazer perguntas a Internet e isso é muito complicado. A tecnologia que nós precisamos é uma tecnologia de autonomia para buscas.

Os seguintes resultados receberam índice **–3:**

5) A Internet quebrou as barreiras de distâncias geográficas, criou uma nova dimensão do mundo.

6) Apesar do computador ser um bem caro, o acesso a Internet é econômico e ágil.

12) O benefício maior da Internet é na área da pesquisa, pois se busca informação para beneficiar o dia-a-dia do campo.

Idéia Central:

Este fator é a favor da Internet enfocando a visão do pequeno produtor rural.

Os indivíduos que compõe esse fator acreditam que é na área rural onde a informatização está mais distante, pois o acesso a Internet nesse meio é via entidades. Observam que para incentivar o uso da Internet no meio rural seria necessário viabilizar uma infra-estrutura necessária para o acesso.

Esse grupo de indivíduos percebe a importância da existência de políticas públicas de Inclusão Digital para o mundo rural, como a implantação de telecentros nas comunidades rurais ou, pelo menos, mais próximo possível delas.

Acreditam que a Internet contribui com a imagem institucional das organizações, pois é um veículo que possibilita divulgar o trabalho que desenvolvem e as idéias que defendem.

Relações entre os Fatores A e B:

Estes dois fatores têm relações altas entre si, ambos são favoráveis à apropriação da Internet no meio rural, a diferença está no enfoque dado.

O fator A dá ênfase na apropriação via entidades e o fator B enfoca a importância da apropriação pelo pequeno produtor rural. Os dois fatores mencionam os benefícios que a apropriação da Internet proporciona para o meio rural como a questão da visibilidade das ONGs, da importância de disponibilizar as experiências das organizações através da página, o que propicia que outros as acessem, sejam agricultores, consumidores ou entidades.

Ambos fatores observam a importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural, pois além da relação de baixo custo, acreditam na questão da idéia da socialização do conhecimento.

Estes fatores não consideram relevantes que a dificuldade de acesso à Internet consiste em questões como: a falta de habilidades das pessoas, tendo as mesmas que aprender mais como utilizá-la. Ambos consideram sem importância tais considerações.

3.5.3 Fator C – Internet - Políticas

Dois indivíduos compõem esse fator.

4	**3**		**-4**	**-3**
6	**21**		**29**	**20**
16	**25**		**22**	**23**
	27			**24**

As seguintes afirmações receberam índice **+4:**

6) Apesar do computador ser um bem caro, o acesso a Internet é econômico e ágil.

16) A grande maioria dos agricultores tem dificuldades para acessar a Internet, por questões financeiras e de infra-estrutura (falta de luz, equipamentos).

As seguintes afirmações receberam índice **+3:**

21) Faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da Internet no meio rural (como a conexão).

25) Temos presente que na área rural talvez seja onde a informatização está mais distante. O acesso a Internet nesse meio é via entidades.

27) Observa-se a importância de viabilizar políticas públicas de Inclusão Digital para o mundo rural, como a implantação de telecentros nas comunidades rurais ou, pelo menos, mais próximo possível delas.

As seguintes afirmações receberam índice **-4:**

29) O que ainda se busca para o campo não é a Internet e sim os programas via televisão que tem uma abrangência bastante boa, pois a maioria dos produtores rurais tem esse bem. Hoje, a melhor forma de abrangência, na comunidade rural,

além do rádio que é mais antigo, é via televisão. Apenas agora está chegando o telefone. Então a Internet é mais um luxo do que o próprio telefone.

22) Hoje para buscar informações na Internet temos que entrar com palavras - chaves, mas nunca as nossas dúvidas são formuladas como palavra-chave, nós queremos fazer perguntas a Internet e isso é muito complicado. A tecnologia que nós precisamos é uma tecnologia de autonomia para buscas.

As seguintes afirmações receberam índice **-3:**

20) As páginas das ONGS são acessadas por navegadores simpáticos às causas das mesmas, que estão fora dos limites dos beneficiários imediatos dos trabalhos empreendidos pelas organizações.

23) A Internet hoje possui informações que podem ser facilmente acessadas.

24) O homem do campo sabe o que é a Internet, aqueles que não a acessam, pelo menos já ouviram alguma notícia, no rádio ou na televisão, sobre o assunto. Observa –se iniciativas de utilização desse veículo pelo pequeno produtor rural.

Idéia Central:

Este fator é a favor da Internet, preocupa-se com o acesso dos indivíduos, por ter políticas a respeito: implantação de telecentros em áreas rurais.

Percebe-se que o enfoque dado por este grupo é quanto à questão da desigualdade econômica no meio rural e o descaso social, como: a falta de luz, de condições para a aquisição de computadores. Este fator observa que faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da Internet no meio rural (como a conexão), pois o acesso a Internet nesse contexto é via entidades. A questão dos mecanismos de busca na Internet não tem importância para esse grupo de indivíduos.

Acesso às páginas das ONGs:

Ambos os fatores, o A que é a favor da Internet enfocando as organizações e o papel que podem cumprir mais do que o pequeno produtor como indivíduo, e o C,

preocupado com o acesso das pessoas, por ter políticas a respeito, não valorizaram a afirmação de que as páginas das ONGS ainda são acessadas por navegadores simpáticos às causas das mesmas, que estão fora dos limites dos beneficiários imediatos dos trabalhos empreendidos pelas organizações. Compreende-se, assim, que a postura de ambos fatores é a de valorizar a utilização da Internet pelas organizações não-governamentais com a finalidade de promover e incentivar o desenvolvimento rural, e não o de vislumbrar um reconhecimento pelos seus simpatizantes que não vivenciam o trabalho desenvolvido pela organização.

Mecanismos de busca da Internet:

Os fatores A, B e C não percebem como importante os mecanismos de busca de informações, as palavras-chave não são percebidas como importantes por esses fatores.

3.5.4. Fator D – Internet – Estratégias de Difusão

Dois indivíduos compõem esse fator.

4	**3**		**-4**	**-3**
26	**18**		**8**	**2**
28	**29**		**15**	**4**
	32			**14**

As seguintes afirmações receberam índice **+4:**

26) O mundo rural teria que saber qual é a dimensão dessa rede de computadores, ver quais as suas possibilidades e o que poderia conseguir com ela.

28) Cada vez mais é necessário o domínio da informática como um todo pelos agricultores, é uma tecnologia que não pode ficar inacessível para eles. Devemos, assim pensar em formas para, no futuro, contribuir um pouco para este processo.

As seguintes afirmações receberam índice **+3:**

18) A utilização da Internet pelo homem do campo de forma coletiva, organizada em grupo, facilita o processo de apropriação das informações que beneficiarão a comunidade em questão.

29) O que ainda se busca para o campo não é a Internet e sim os programas via televisão que tem uma abrangência bastante boa, pois a maioria dos produtores rurais tem esse bem. Hoje, a melhor forma de abrangência, na comunidade rural, além do rádio que é mais antigo, é via televisão. Apenas agora está chegando o telefone. Então a Internet é mais um luxo do que o próprio telefone.

32) O software proprietário é que nem a semente transgênica, ele é feito para não se reproduzir, e o software livre, além da relação de baixo custo, tem a idéia da socialização do conhecimento. Assim, observa-se a importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural.

As seguintes afirmações receberam índice **-4:**

8) A possibilidade de exibir imagens fixas e em movimento ampliam as vantagens na comunicação, especialmente quando se trata de mostrar exemplos, uma característica do trabalho educativo com agricultores.

15) A alternativa da Internet facilita a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido pela organização, viabilizando uma melhor comunicação nas entidades.

As seguintes afirmações receberam índice **-3:**

2) A sistematização da utilização da Internet no cotidiano das organizações qualifica os agentes envolvidos.

4) O principal atrativo da Internet é a informação atualizada de qualquer parte do mundo.

14) O principal benefício da Internet é a rapidez da informação, com baixo custo e de forma sistematizada, pois tem algumas informações que já estão ali acessíveis, que ainda vão demorar a chegar via órgãos de pesquisa ou outros órgãos oficiais ou não.

Idéia Central:

Este fator é a favor da Internet, preocupa-se com as estratégias para difundi-la.

O que se observa neste fator é a preocupação quanto à falta de informação do meio rural sobre a dimensão da Internet. A apropriação desta tecnologia por parte do pequeno produtor rural interessa mais pela maneira como ela pode auxiliá-lo em sua atividade, empoderando-o para seu desenvolvimento tecnológico, sua organização e sua melhor qualidade de vida. Tal consideração pode ser confirmada com a desvalorização das afirmações quanto: à importância da sistematização da Internet no cotidiano das organizações, a atualização e rapidez das informações, baixo custo.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Objetivo Geral

O presente estudo, que tem como objetivo geral verificar a importância da utilização da Internet pelas organizações não governamentais que promovam o desenvolvimento rural, chegou à conclusão que, hoje, os movimentos sociais voltados para as questões que visualizam o empoderamento social do homem do campo, como movimentos que envolvam a agroecologia, a economia solidária, a conquista pela terra, entre outras, não podem mais existir sem a existência de uma rede descentrada e democrática chamada Internet.

Entendo por rede uma organização comparável a um tecido com múltiplos fios ligados entre si por nós que se espalham para todos os lados, sem que nenhum deles seja central. Na sociedade, os integrantes de uma rede se ligam de forma horizontal a todos os outros. È interessante perceber o paradigma da rede como uma espécie de reatualização do antigo mito da comunidade. Nele, a organização mais antiga da humanidade reencontra a sociedade informatizada.

Neste contexto, observo que a Internet tem sido um veículo de comunicação com grande potencial para apoiar os movimentos sociais, pois se apresenta, de forma nunca presenciada antes, como um veículo que promove a horizontalidade na comunicação. Esta mídia eletrônica tem sido crucial para o empoderamento social dos mesmos devido a sua capacidade de expansão da informação para a geração de conhecimentos, o que viabiliza a identificação dos indivíduos com as causas em

questão, promovendo uma articulação em forma de rede em benefício dos movimentos sociais.

Acredito que com a revolução das tecnologias da informação a informação assume papel relevante como mecanismo de emancipação do sujeito. A própria sociedade de consumo exige que ele seja bem informado, com poder de decisão, atuante no meio em que vive e participante das atividades sociais e políticas do seu tempo. Nesse sentido, assumiu especial ênfase à questão de sua identidade no momento contemporâneo.

Ou seja, o homem atual é um ser de múltiplas facetas, capaz de encontrar no trabalho, nas relações familiares, nas relações sociais, em suas atividades de lazer, na participação política, diferentes matizes do seu comportamento. Este novo ser está em consonância com as tecnologias da informação que é global, oferecendo as informações necessárias para a formação da sua opinião. A Internet colabora, assim, com a horizontalidade da sociedade, na medida em que acaba com hierarquias e estabelece igualdade entre os indivíduos que participam do seu meio, definindo novas relações de poder e viabilizando a cidadania democrática dos mesmos, de forma que possa legitimar as identidades coletivas, baseadas no sentimento de pertencimento à comunidade.

Um exemplo que visualiza bem a horizontalidade e o poder da Internet foi o que ocorreu em Seatle, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 1999, quando nos meses anteriores à Conferência , tendo como ferramenta principal essa mídia eletrônica, foi articulado um manifesto por 1200 ONGs de 87 países, onde as mesmas assumiram a postura de um contra poder ao executivo global formado pela OMC, Banco Mundial e FMI. Tal fato surpreendeu pelo fato de que as forças irresistíveis da globalização econômica foram detidas por manifestações democráticas articuladas pela Internet.

Com esse exemplo, entre tantos outros, visualizamos a Internet como uma rede descentrada e democrática, de um alcance incontestável, capaz de interagir diretamente com indivíduos de contexto sociais e políticos distintos.

4.2 Objetivos Específicos

Com um olhar voltado para os benefícios que a Internet pode proporcionar as Organizações Não-Governamentais voltadas para o desenvolvimento rural, primeiro objetivo específico desse estudo, percebo, através dos passos da metodologia Q o quanto essa mídia eletrônica pode proporcionar, por ser rápida e de baixo custo, na disseminação, no intercâmbio e na análise das informações nas organizações. Isso favorece a comunicação das mesmas na medida em que os seus articuladores têm a oportunidade de interagir instantaneamente e diretamente com os indivíduos que se identificam com as suas causas através de seus sítios eletrônicos, enviando boletins eletrônicos, respondendo e-mails, ou até mesmo através das suas participações em outras redes, fóruns eletrônicos.

Percebo que as páginas na Internet dessas Organizações Não-governamentais passam a ser uma referência importante para a divulgação das causas que defendem, sendo uma fonte de informação constante quanto aos seus objetivos, projetos desenvolvidos e, também, quanto à exposição de suas opiniões sobre o contexto social e político vivenciado pelos seus integrantes.

Assim, o empoderamento social que a Internet proporciona para o meio rural, mesmo sendo utilizada via entidades é muito significativa, pois viabiliza a intermediação entre o mundo do pequeno produtor rural com outros mundos. Observa-se isso através da sistematização da utilização da Internet no cotidiano das organizações, pois não apenas qualifica os agentes envolvidos para desenvolverem um bom trabalho como, conseqüentemente, resulta numa melhora na qualidade de vida do homem no meio rural. Cito, novamente, a fim de exemplificar, a rotina de trabalho vivenciada pela ONG CAPA que tem o hábito de investigar as informações e as exigências solicitadas pelos órgãos de fiscalização, verificando as bases legais das exigências feitas pelos mesmos, fazendo com que, muitas vezes, estando municiados de informação adequada contornam e derrubam exigências. Tal procedimento algumas vezes impediu que o pequeno produtor rural ficasse sujeito à desinformação desses órgãos, proporcionando que seus produtores, bem informados, acompanhassem o processo de liberação de seus produtos.

Como problemas enfrentados em relação ao uso da Internet no meio rural, segundo objetivo específico desse estudo, observei o quanto ainda às questões de infra-estrutura e financeira atrasam o processo de apropriação. Dependendo da localidade, muitas vezes o pequeno produtor rural não tem acesso à luz, nem a linha telefônica. O computador ainda é considerado um bem caro para o poder aquisitivo do pequeno produtor rural, pois a desigualdade social e econômica no campo ainda é grande.

As Organizações Não-Governamentais vêm adotando como estratégia para motivar o uso da Internet a utilização do software livre. Comparam o software proprietário com a semente transgênica, com a não reprodução. Visualizam que a utilização do software livre, além da relação de baixo custo, propõe a idéia da socialização do conhecimento. Assim, acreditam na importância da utilização e divulgação do software livre pelas organizações que congreguem o meio rural. Outra estratégia que vem sendo adotada pelo MST tem sido a implantação de telecentros nos assentamentos.

4.3 Os Fatores Obtidos

A presente pesquisa preocupou-se em conhecer a visão das ONGs MST e CAPA quanto a importância da utilização da Internet no meio rural, sendo identificados quatro conjunto de pessoas que pensam da mesma forma, todos a favor da Internet. O **Fator A – Internet – Organizações** acredita que a apropriação coletiva, via entidades, pode ter um melhor aproveitamento do que a apropriação do pequeno produtor como indivíduo. Enfoca o papel que as organizações podem cumprir com essa apropriação. O **FATOR B** – **Internet – Indivíduos** preocupa-se com a apropriação pelo pequeno produtor rural. A questão da infra-estrutura é percebida como importante para essa apropriação. Esse fator acredita na importância da existência de políticas públicas de Inclusão Digital para o mundo rural. Ambos os fatores, **A** e **B,** dão ênfase à questão da visibilidade que a Internet proporciona para as ONGS e acreditam na utilização do software livre.

O **FATOR C – Internet – Políticas** preocupa-se com o acesso dos indivíduos, observa que faltam recursos públicos para viabilizar a utilização da

Internet no meio rural. Assim, preocupa-se com a existência de políticas públicas a respeito, como a implantação de telecentros em áreas rurais, devido à desigualdade econômica e social no campo. Os fatores **A** e **C** valorizam o papel das organizações não-governamentais de promover e incentivar o desenvolvimento rural. O **FATOR D – Internet – Estratégias de Difusão** preocupa-se com as estratégias para difundir a Internet. Observa a falta de informação do meio rural sobre a dimensão da Internet. A apropriação desta tecnologia por parte do pequeno produtor rural interessa mais pela maneira como ela pode auxiliá-lo em sua atividade, empoderando-o para seu desenvolvimento tecnológico, sua organização e sua melhor qualidade de vida.

Com a análise desses fatores pude observar que os indivíduos que compõem essa amostra acreditam que a Internet representa uma grande possibilidade para o homem do campo e para aqueles que almejam ser produtores rurais, componentes do movimento sem-terra, como fator de apropriação da informação e de inter-relação entre seu grupo social para a difusão do conhecimento.

A relação entre a Internet e a metodologia com que essa pesquisa foi realizada não acontece por acaso, pois ambos se inter-relacionam como resultado da intrínseca globalidade do mundo. Tanto a metodologia Q quanto a Internet são resultados de uma nova maneira de pensar o mundo, distante das grandes estruturas de pensamento que formataram os séculos XIX e XX. Pelo contrário, a individualidade, o unicidade, revela a capacidade de encontrar no indivíduo significante que remetam para grandes abordagens, não do ponto de vista quantitativo, mas sim do ponto de vista qualitativo.

O exemplo do Movimento Sem-Terra (MST), que faz da Internet uma ferramenta de luta em defesa da terra, articulando as várias dimensões do movimento no território nacional e internacional, e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que utiliza a Internet para a difusão de seus projetos, tecnologias, mostra, não só pelo número de acessos aos *sites*, que as pessoas na sociedade do conhecimento estão ansiosas por informação, sendo necessário disponibilizar às mesmas os instrumentos necessários para a apropriação das tecnologias.

Necessitamos nesse sentido de políticas públicas de inclusão, que democratize o acesso à Internet, incluindo a discussão sobre o software livre. O tema pesquisado está na ordem do dia para nossos governantes e para os

pesquisadores sociais. Desde a infra-estrutura básica, como luz, telefone e o sistema de rádio, até a apropriação da tecnologia, seja pela aquisição de computadores e pelo domínio do conhecimento em informática, o que necessitamos é que a sociedade do conhecimento inclua a todos os indivíduos, independentes do contexto social em que estão inseridos, se tornando também a sociedade da livre informação para todos.

Depois de ter conversado com todas essas pessoas que a metodologia permitiu, percebi que o pequeno produtor rural está muito mais inserido nesse contexto da sociedade da informação do que eu imaginava antes de realizar a pesquisa. Posso generalizar que conheci indivíduos que não se sentem subalternos, muito pelo contrário, com capacidade intelectual, senso crítico muito aguçados e ansiosos por conhecimento, alguns com destreza técnica.

Apesar de parecer estar distante desta realidade, o homem rural não se encontra longe dessa tecnologia de Informação, uma certa parcela já faz um uso regular da Internet, já se apropriou de sua tecnologia e inseriu-a no seu dia-a-dia, na medida do possível, seja através das ONGs, dos assentamentos ou dos telecentros, fazendo com que esta se torne uma ferramenta em defesa de seus interesses. Acredita-se, baseado nas experiências vivenciadas, na apropriação coletiva para o meio rural, não apenas por questões de acesso, custo, e sim por perceber que o empoderamento social com objetivos comuns nesse contexto de rede é maior.

Registro como temas para futuros trabalhos a avaliação do empoderamento social quando o sìtio eletrônico for abastecido em rede, como é o caso do *site* da Rede Ecovida (www.ecovida.org.br) e, também, a questão dos benefícios da utilização do software livre nas organizações não-governamentais.

BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais;** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

BAETA NEVES, C. E. & CORRÊA, M. B. (Org.). *Pesquisa social empírica;* métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. v.9, 1998. p.7-9

BROWN, S. R. **Political subjectivity;** applications of Q methodology in political science. New Haven, CT: Yale University Press. 1980.

BROWN, S. R. *Empowerment as subjective operant.* **Encuentro sobre medición de empoderamiento**. Conferencia efectuada en el Banco Mundial en 4-5 de febrero de 2003. Washington DC.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A sociedade em rede**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

DEMO, P. **Cidadania pequena;** fragilidade e desafios do associativismo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (coleção polêmicas do nosso tempo; 80).

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**; rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autononomia**; saberes necessários à prática educativa**.** 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HEGEDÜS, P.; MORALES, H. **Algunas consideraciones sobre el enfoque sistémico y su importancia para la Extensión.** Extensão Rural, DEAER/CPGExR, CCR, UFSM, Ano III, Jan-Dez, 1996, p.61-70.

HEGEDÜS, Pedro de; VELA, Hugo. *Os projetos de desenvolvimento*. In: VELA, Hugo (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL.** Santa Maria, 2003.

FAIRWEATHER, J. R. **Factor stability, number of significant loadings, and interpretation;** Evidence form three studies and suggested guidelines. Operant Subjectivity. 2001. p.37-58.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Tradução de Carlos Irineu da Costa) São Paulo: Ed. 34, 2000.

LÜBECK, Elisa. *A exclusão digital e apropriação da internet no contexto rural brasileiro.* Rio Grande do Sul, 2004. **Dissertação de Mestrado em Extensão Rural**. Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

MAGER, R. F. **Goal analysis.** Belmont, California: Fearon. 1972.

MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade de informação**. São Paulo: UMESP, 2005.

NAVILLE, Claudio Lembo. *Talleres de capacitación para el desarollo la experiencia con jóvenes de liceos rurales en Uruguay.* In: VELA, Hugo (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL.** Santa Maria, 2003.

NIREMBERG, O.; BRAWERMAN, J.; RUIZ, V. **Evaluar para la transformación;** Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales. Buenos Aires: Paidós, 2000. 224p.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet**; planejamento e produção de informação on-line. São Paulo: Summus, 2003.

QUIJANDRIA, B.; MONARES, A.; UGARTE, P. M. R. **Hacia una región sin pobres rurales.** FIDA, División de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile: Lom Ediciones. 2000. 143p.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. In: Baeta Neves, C. E. & Corrêa, M. B. (Org.). **Pesquisa social empírica:** métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia/Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. v.9, 1998. p.189-200.

RUSS-EFT, D. & PRESKILL, H. **Evaluation in organizations**; a systematic approach to enhancing learning, performance and change. Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing. 2001.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & quarta Colônia;** Nova Palma & Pe. Luizinho. Santa Maria: Palotti, 1996. 352p.

SILVA, G. P. **As associações de produtores rurais do município de Jarí-RS;** contextualização histórica e perspectivas. 2003, 195f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com - a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

STÉDILE, Miguel. **Entrevista concedida a Cristiane Camargo da Silva em 10/10/05.** Porto Alegre: 10/10/05.

STEPHENSON, W. **Independency and operationism in Q-sorting.** Psychological Record. v.13, 1963. p.269-272.

STEPHENSON, W. **The study of behavior;** Q technique and its methodology. Chicago: The University of Chicago Press. 1953.

VAZ, Paulo. *Esperança e Excesso.* **Anais do 9º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social.** Porto Alegre. FAMECOS – PUC, (2000).

VIEIRA, Lizt. **Os argonautas da cidadania**; a sociedade civil da cidadania. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.

VILLARREAL FORD, Tamara e GIL, Genève. A Internet radical. In: DOWNING, John. **Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: SENAC, 2002.

YIN, R. K. **The case study method as a tool for doing evaluation.** Current Sociology, 40 (1), 1992. p.121 – 137.

YIN, R. K. **Case study research;** design and methods. Newburry Park, CA: Sage Publications. 1989.

Sítios Eletrônicos:

ASSESOAR: **Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.** Disponível no endereço: www.assesoar.org.br

CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Disponível no endereço: www.capa.org.br. Acesso em 15 março de 2006.

CGI: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível no endereço: www.cgi.br Acesso em 21 março de 2006.

ECOVIDA: Rede Ecovida. Disponível no endereço: www.ecovida.org.br Acesso em 15 de março de 2006.

MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível no endereço: www.mct.gov.br Acesso em 10 fevereiro de 2006.

MST: Movimento Sem Terra. Disponível no endereço: www.mst.org.br Acesso em 15 de março de 2006.